



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXVII — Nº 88

QUARTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 99.^a SESSÃO, EM 12 DE SETEMBRO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Mensagens do Sr. Presidente da República

— Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

N.º 161/72 (n.º 252/72, na origem) de 11 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 19, de 1972 (n.º 717/72, na Casa de origem), que acrescenta parágrafos ao art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (projeto que se transformou na Lei n.º 5.801, de 11 de setembro de 1972);

N.º 162/72 (n.º 253/72, na origem), de 11 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 12, de 1972 (n.º 674/72, na Casa de origem), que dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre-docência (projeto que se transformou na Lei n.º 5.802, de 11 de setembro de 1972).

2.2 — Ofício

Do Sr. 1.º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

Projeto de Lei da Câmara n.º 34, de 1972 (n.º 812-B/72, na Câmara), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF a alienar imóveis que menciona.

2.3 — Pareceres:

Referentes às seguintes matérias:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1972 (n.º 63-B/72, na Câmara), que aprova o texto dos Estatutos da Organização Mundial de Turismo, resultantes da transformação dos Estatutos da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo e aprovados em reunião realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970.

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1971 (n.º 3-B/71, na Câmara dos Deputados), que aprova o Acordo de Co-produção Cinematográfica entre a República Federativa do Brasil e a Itália, firmado em Roma a 9 de novembro de 1970.

2.4 — Comunicações

Dos Srs. Senadores Gustavo Capanema e Guido Mondin, que se ausentarão do País, a fim de participarem da 60.^a Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Roma.

2.5 — Requerimento

N.º 99, de 1972, de autoria do Senador Osires Teixeira, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, da Declaração de Brasília, aprovada unanimemente pelo VII Congresso Indigenista Interamericano.

2.6 — Comunicação da Presidência

Recebimento da complementação dos documentos necessários para tramitação do Ofício n.º 1.197, de 1971, do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, que solicita autorização do Senado Federal para que a Prefeitura Municipal de Joinville possa realizar operação de empréstimo externo com o Governo da Alemanha, com o fim de adquirir um conjunto radiológico Siemens, destinado ao Hospital São José, e que recebeu no Senado o n.º S/29, de 1972. As Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

2.7 — SENADOR RUY SANTOS — Focalizando discurso proferido em recente Sessão pelo Senador Danton Jobim sobre a política tributária brasileira.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Considerações sobre a chamada operação antiimpacto do MDB. Indagações formuladas por S. Ex.^a e publicadas na imprensa, referentes a dúvidas que a Oposição gostaria ver respondidas. Requerimento de Informações que encaminha à Mesa sobre a dívida externa do País.

2.8 — Comunicação da Liderança do MDB

Relação dos membros do MDB que deverão comparecer à Assembléia-Geral da União Interparlamentar, em Roma.

2.9 — Comunicação da Presidência

Designação do Senador Benjamin Farah, para integrar a Delegação Brasileira à 60.^a Conferência da União Interparlamentar, a realizar-se em Roma.

2.10 — Requerimento

N.º 100, de 1972, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, que consigna nos Anais do Senado voto de congratulações ao General Antônio Jorge Corrêa, Presidente da Comissão que programou e coordenou as festividades comemorativas do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

2.11 — Comunicações

Dos Srs. Senadores Benjamin Farah, Danton Jobim e Tarso Dutra, que se ausentarão do País, a fim de participarem da 60.^a Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Roma.

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

2.12 — Ofícios do Governador do Estado de São Paulo
N.º S/30, de 1972 (n.º 366/72-CG, na origem) solicitando a autorização do Senado Federal para contratar empréstimo externo no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares) destinado a pagamento de gastos locais relativos à construção da Rodovia dos Imigrantes;

N.º S/31, de 1972 (n.º 367/72-CG, na origem) solicitando autorização do Senado Federal para contratar empréstimo externo no valor de US\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de dólares) destinado a pagamento de gastos locais relativos a construção de acesso ferroviário à Refinaria de Paulínia e conclusão das variantes Bauru—Garça, Guedes—Mato Seco e Santa Gertrudes—Itirapina; e

N.º S/32, de 1972 (n.º 368/72-CG, na origem) solicitando a autorização do Senado Federal para contratar, através da FEPASA — Ferrovia Paulista S.A., empréstimo externo no valor de US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares) destinado a pagamento de gastos locais relativos a construção da Variante Entroncamento — Amoroso Costa, com aval do Tesouro Nacional.

3 — ORDEM DO DIA

Requerimento n.º 95/72, de autoria do Sr. Senador Paulo Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, da "Ordem do Dia" baixada, no Dia do Soldado, pelo Exm.º Sr. General Orlando Geisel, Ministro do Exército. **Aprovado.**

Projeto de Lei do Senado n.º 3/72, de autoria do Sr. Senador José Lindoso, que dispensa os empregados inscritos em curso do MOBIL da obrigatoriedade de trabalhar fora do limite normal de sua jornada, e determina outras providências. **Discussão encerrada, em primeiro turno.**

ATA DA 99.ª SESSÃO

EM 12 DE SETEMBRO DE 1972

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. CARLOS LINDENBERG E RUY CARNEIRO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — Milton Trindade — Re-

nato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo Branco — Petronio Portella — Helvidio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Ruy Carneiro — João Cleofas — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Paulo Torres — Benjamin Farrah — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zan-

após leitura de emendas, havendo o Sr. Senador Lenoir Vargas discutido a matéria. **As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Educação e Cultura.**

4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR BENJAMIN FARAH — Transmitindo apelo de ex-combatentes no sentido da regulamentação da Lei n.º 5.698, de 31 de agosto de 1971.

SENADOR DANTON JOBIM — Dia da Imprensa.

SENADOR JOSÉ LINDOSO — 36.º aniversário de fundação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

SENADOR FRANCO MONTORO — Congratulando-se com as Comissões Técnicas do Senado pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n.º 33/72, de sua autoria, que destina parte da receita da Loteria Esportiva às Santas Casas de Misericórdia.

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Administração do Prefeito de Angra dos Reis, Almirante Jair Toscano de Brito e o êxito da "Festa do Divino Espírito Santo", realizada nesse Município fluminense.

5 — Designação da Ordem do Dia da próxima Sessão. **Encerramento.**

6 — Transcrição

"Ordem do Dia" baixada pelo Exm.º Sr. General Orlando Geisel, Ministro do Exército, no transcurso do Dia do Soldado.

7 — Discurso pronunciado pelo Senador Carvalho Pinto na Sessão de 11-9-72.

8 — Atas das Comissões.

9 — Composição das Comissões Permanentes.

caner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Mattos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — A lista de presença acusa o comparecimento de 45 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à leitura do expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE MENSAGENS

DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados:

- N.º 161/72 (n.º 252/72, na origem), de 11 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 19, de 1972 (n.º 717/72, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao artigo 131 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (projeto que se transformou na Lei n.º 5.801, de 11 de setembro de 1972);
- N.º 162/72 (n.º 253/72, na origem), de 11 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 12, de 1972 (n.º 674/72, na Casa de origem), que dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre-docência (projeto que se transformou na Lei n.º 5.802, de 11 de setembro de 1972).

OFÍCIO

DO SR. 1.º-SECRETÁRIO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhando à revisão do Senado, autógrafa do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
n.º 34, de 1972

(n.º 812-B/72, na Casa
de origem)

(DE INICIATIVA DO SENHOR
PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

Autoriza o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, a alienar imóveis que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF autorizado a alienar, mediante concorrência pública, os seguintes imóveis de sua propriedade:

1 — No Distrito Federal:

a) o imóvel representado pela Loja n.º 34 da Quadra 311, Setor Comercial Local (SCL-SUL), do Plano Piloto, constituída de subsolo, loja e sobreloja, e respectivo terreno, em Brasília.

2 — No Estado da Guanabara:

a) os imóveis representados pelos 6.º, 7.º e 12.º (sexto, sétimo e décimo segundo) pavimentos do Edifício Claridge, à Avenida Presidente Antônio Carlos, n.º 607, e respectivas frações ideais do terreno, na cidade do Rio de Janeiro;

b) o prédio de 2 (dois) pavimentos, sito à Rua Pedro Ernesto, n.º 57, e respectivo terreno, da cidade do Rio de Janeiro;

c) os imóveis representados pelos 5.º, 6.º, 7.º e 8.º (quinto, sexto, sétimo

e oitavo) pavimentos do Edifício Lumex, sito à Rua México, n.º 45, da cidade do Rio de Janeiro, e respectivas frações ideais do terreno.

3 — No Estado do Rio Grande do Sul:

a) o prédio n.º 1.115 da Rua Frederico Mentz, em Porto Alegre, e respectivo terreno, com 57,20m (cinqüenta e sete metros e vinte centímetros) de frente por 340,00m (trezentos e quarenta metros) de fundo, com as respectivas benfeitorias;

b) os apartamentos n.ºs 1-C e 1-D do Edifício Serrano, sito à Rua dos Andradas, n.º 721, e as respectivas frações ideais do terreno, em Porto Alegre;

c) a Loja n.º 749 do Edifício Dona Marieta, sito à Rua dos Andradas, n.º 745, localizada no andar térreo, e respectivas dependências de uso comum e partes ideais do terreno, em Porto Alegre.

4 — No Estado do Paraná:

a) o 1.º (primeiro) pavimento do Edifício Procopiak, sito à Rua Carlos de Carvalho, n.º 74, esquina da Rua Voluntários da Pátria, e a respectiva fração ideal do terreno, em Curitiba;

b) os imóveis representados pelos conjuntos n.ºs 84, 86 e 87 do 8.º (oitavo) pavimento do Edifício Brasileiro Moura, situado à Rua Cândido Lopes, e respectivas frações ideais do terreno, em Curitiba;

c) o imóvel constituído de terras de faxinais e gramados, situado em Linha Ivaí, 1.ª Seção, com área de 24.200,00m² (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados), no Município de Prudentópolis;

d) as salas de n.ºs 141, 142 e 143 do 14.º (décimo quarto) pavimento do Edifício Augusta, sito à Rua Dr. Murici, n.º 650, e respectivas frações ideais do terreno, em Curitiba;

e) o imóvel constituído por uma área com 160.000,00m² (cem mil metros quadrados), situado no lugar denominado Barigui, Município de Curitiba, Distrito do Portão.

5 — No Estado de São Paulo:

a) o imóvel constituído por uma área de 87.187,00m² (oitenta e sete mil, cento e oitenta e sete metros quadrados) e respectivas benfeitorias, inclusive um conjunto residencial de 30 (trinta) casas, situado à Rua Jaguaré, bairro do Butantã, em São Paulo, Capital.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MENSAGEM N.º 223, DE 1972, DO
PODER EXECUTIVO**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 51 da Constituição e para ser apreciado nos prazos nele referidos, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas

Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Agricultura, o anexo projeto de lei que "autoriza o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, a alienar imóveis que menciona".

Brasília, 4 de agosto de 1972. —
Emílio G. Médici.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 016,
DE 4 DE FEVEREIRO DE 1971, DO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência a solicitação da Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, no sentido de que seja obtida a necessária autorização legislativa para a alienação de bens imóveis situados no Distrito Federal e nos Estados da Guanabara, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, cuja manutenção no patrimônio dessa Autarquia não se revela conveniente, por motivos vários.

Pretende a Presidência do IBDF utilizar os recursos provenientes das operações de venda desses imóveis no pagamento das desapropriações de glebas incluídas nos limites dos Parques Nacionais, cuja implantação ainda não se encontra totalmente efetivada, e na aquisição da sede da Autarquia, na Capital Federal.

Ao manifestar a minha concordância em relação às medidas propostas pela Presidência do IBDF, solicito a Vossa Excelência que se digne de ordenar a efetivação das necessárias providências no sentido da transmissão da matéria ao Legislativo Federal, com vistas à outorga da consequente autorização para a alienação dos bens imóveis em tela.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência a expressão do meu mais profundo respeito. — **L. F. Cirne Lima.**

(As Comissões de Agricultura e de Finanças.)

PARECERES

PARECER
N.º 306, de 1972

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1972 (n.º 63-B/72, na Câmara dos Deputados.)

Relator: Sr. Filinto Müller

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1972 (n.º 63-B/72, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto dos Estatutos da Organização Mundial de Turismo, resultantes da transformação dos Estatutos da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo e aprovados em reunião

realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972. — Antônio Carlos, Presidente — Filinto Müller, Relator — Danton Jobim.

ANEXO AO PARECER
N.º 306, DE 1972

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1972 (n.º 63-B/72, na Câmara dos Deputados.)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu,, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
N.º , DE 1972

Aprova o texto dos Estatutos da Organização Mundial de Turismo, aprovados em reunião realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o texto dos Estatutos da Organização Mundial de Turismo, resultantes da transformação dos Estatutos da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo e aprovados em reunião realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER
N.º 307, de 1972

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1971 (n.º 3-B/71, na Câmara dos Deputados).

Relator: Sr. Danton Jobim

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1971 (n.º 3-B/71, na Câmara dos Deputados), que aprova o Acordo de Co-produção Cinematográfica entre a República Federativa do Brasil e a Itália, firmado em Roma a 9 de novembro de 1970.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972. — Antônio Carlos, Presidente — Danton Jobim, Relator — Filinto Müller.

ANEXO AO PARECER
N.º 307, DE 1972

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1971 (n.º 3-B/71, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu,

....., Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
N.º , DE 1972

Aprova o texto do Acordo de Co-produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, firmado em Roma a 9 de novembro de 1970.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o texto do Acordo de Co-produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, firmado em Roma a 9 de novembro de 1970.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1.º-Secretário. São lidas as seguintes

Brasília, 8 de setembro de 1972.

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

Incluído que está o meu nome na relação dos delegados brasileiros à 60.ª Conferência Interparlamentar, que deverá reunir-se em Roma, no dia 21 deste mês, e precisando de tomar, no Rio de Janeiro, medidas de preparação da viagem, comunico a V. Ex.ª que serei forçado, para os mencionados fins, a ausentar-me dos trabalhos do Senado, a partir do próximo dia 11.

Receba, com a minha cordial despedida, os protestos do meu mais elevado apreço. **Gustavo Capanema.**

Em 12 de setembro de 1972.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 18 do corrente, a fim de participar da Assembléia-Geral da União Interparlamentar, a realizar-se em Roma nos dias 21 a 23 de setembro em curso.

Atenciosas Saudações. — **Guido Mondin.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
N.º 99, de 1972

Exmo. Sr. Senador Petrônio Portella

DD. Presidente do Senado Federal O Senador que o presente assina, nos termos regimentais,

Considerando a importância da política indigenista no Continente Americano;

Considerando o grande esforço brasileiro no aprimoramento das medidas de proteção aos nativos, desde José Bonifácio a Cândido Mariano Rondon;

Considerando a importância de que, se revestiu o VII Congresso Indigenista Interamericano encerrado em agosto próximo passado nesta Capital e realizado como parte das comemorações do Sesquicentenário;

Considerando a importância que, na atualidade, se reveste o problema indígena e as conclusões a que chegaram as várias Nações representadas no citado Congresso,

Requer a Vossa Excelência, cumprindo o rito regimental, seja inserto nos Anais da Casa a anexa "Declaração de Brasília" aprovada unanimemente pelo VII Congresso Indigenista Interamericano.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972. — **Osires Teixeira.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — De acordo com o art. 234, § 1.º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido a exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em Sessão anterior, a Presidência comunicou ao Plenário o recebimento do Ofício n.º 1.197, de 1971, do Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando autorização do Senado Federal para que a Prefeitura Municipal de Joinville possa realizar operação de empréstimo externo com o Governo da Alemanha, com o fim de adquirir um conjunto radiológico Siemens, destinado ao Hospital São José, e que recebeu no Senado o n.º S/29, de 1972.

A matéria ficou aguardando, na Secretaria-Geral da Presidência, a complementação dos documentos necessários.

Tendo a Presidência recebido os referidos documentos, despachará a matéria às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Santos, que falará em nome da Liderança da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. RUY SANTOS — (Em nome da ARENA, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, o eminente Senador Danton Jobim, com a elegância que o caracteriza, e cuja ausência do plenário lamento neste instante, pronunciou, na sessão do dia 23 do mês passado, um longo discurso, em nome do seu Partido, contra a carga tributária a que está sujeito o contribuinte brasileiro. Dias depois, S. Ex.ª retornou ao tema. Asseverou, no seu primeiro pronunciamento que:

"O Brasil se coloca num dos primeiros lugares do mundo em termos de carga tributária bruta."

E, inconformado com o êxito do Governo revolucionário, adiantou:

“ — Não sei se será esta uma das faces do milagre brasileiro, mas, de qualquer modo, é um fato.”

O Senador guanabarinense não está, entretanto, descobrindo nenhum fato. Não descobriu a pólvora. O Governo sabe disso. Tem isso anotado. E não só anotado: bate-se pela correção.

Ainda na Mensagem enviada ao Congresso, quando da abertura da atual Sessão Legislativa, disse o Presidente Médici:

“Com o objetivo de suavizar e distribuir mais equitativamente a carga fiscal, a Política Tributária canalizou os investimentos para a consecução das metas da política econômico-financeira global. Neste particular, destacam-se as medidas para diminuir a regressividade do Imposto sobre a Renda da pessoa física, compreendendo a isenção do recolhimento na fonte, para rendimento até certo nível do trabalho assalariado, o abatimento nas prestações dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, e as deduções das despesas com a atividade profissional dos declarantes da cédula “D”, limitando-se, ainda, o abatimento de juros de dívidas pessoais.

Seguindo a mesma orientação, dilataram-se, ainda, os prazos de recolhimento dos Impostos sobre a Renda e Produtos Industrializados, concedeu-se isenção do Imposto de Importação para a aquisição de bens e equipamentos destinados à pesquisa científica, para a fusão ou incorporação de empresas, além de estimular-se a utilização de insumos modernos para a produção agrícola.”

E na Mensagem que acompanhou a proposta orçamentária, há pouco recebida pelo Congresso, ao destacar os condicionamentos de sua elaboração, diz:

“A preservação da política de não aumentar impostos. Ao contrário, medidas liberatórias têm sido adotadas, a exemplo da eliminação do IPI sobre alimentos industrializados. Para o PASEP, o Tesouro irá contribuir com a importância de Cr\$ 470 milhões, além de liberar, para o PIS, parcela do Imposto de Renda correspondente a Cr\$ 392 milhões. Por outro lado, para continuação da política de incentivos fiscais, abre-se mão de receita correspondente a Cr\$ 2027 milhões (excluindo o PIN e o PROTERRA), sendo Cr\$ 1.264 milhões destinados a desenvolvimento regional (Nordeste e Amazônia), e Cr\$ 750 milhões a setores prioritários (Tur-

rismo, Pesca, Reflorestamento, Indústria Aeronáutica, MOBIL).”

É com alegria, Sr. Presidente, que vejo chegar ao plenário o eminente Senador Danton Jobim.

Logo que S. Ex.^a deixou a tribuna, em que pronunciou discurso lido e, por isso mesmo, meditado, apresentei, de pronto, ligeira contestação a afirmações feitas, mostrando o que o Governo vem fazendo neste sentido. E, nessa mesma sessão, respondendo, em nome da Liderança da ARENA, ao Senador Franco Montoro, declarou o Senador José Sarney:

“O Senador Danton Jobim ocupa a tribuna do Senado para dizer que devemos à tecnocracia de 1964 a política de altos índices de tributação, e traz como documento básico, o *Staff Papers*. Estou com este documento em mãos, com a mesma tabela que S. Ex.^a consultou. Essa tabela diz que de 1960 a 1965 — e aí o Brasil está incluído com uma carga tributária de 26,4%, bruta, e líquida de 17%. Em que companhia estamos incluídos?

Para que o Senado possa ter conhecimento da injustiça que se faz ao relacionar o Brasil neste documento, basta dizer que a República Federal da Alemanha, no último ano, tinha uma carga tributária bruta de 47,8%, e líquida de 28,3%; o Brasil está com um índice de 26,4%.”

O eminente Senador Danton Jobim buscou, para avaliar a sua afirmativa, não tanto a autoridade indiscutível do Senador Carvalho Pinto, mas a sua condição de integrante, dos de brilho maior, da bancada da ARENA. Citou, porém, apenas o que estava no seu interesse citar. E temos que compreender sua atitude. No relatório, entretanto, do abalizado mestre, que representa São Paulo no Senado, está expresso:

“Não é por outro motivo que, acertadamente, houve por bem o Governo da República em se definir, no campo da política fiscal e orçamentária pela “vedação de aumento de impostos e continuação da política de alívio progressivo da pressão tributária.”

E, referindo-se ao Boletim do Banco Central de julho do ano passado, transcreve:

“O Imposto de Renda apresentou crescimento real de 21,3%. Recente portaria atenuou a carga tributária sobre a pessoa física, ao permitir que, para o ano-base de 1970 (exercício de 1971) o pagamento seja efetuado em doze cotas mensais sucessivas, desde que o último vencimento não ultrapasse o mês de junho de 1972.”

O Sr. Danton Jobim — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Desejaria apenas concluir a citação do que disse o eminente Senador, mas se V. Ex.^a deseja apartear logo...

O Sr. Danton Jobim — É muito rápido o meu aparte, talvez apenas um esclarecimento. V. Ex.^a declarou que só me servi do parecer do nobre Senador Carvalho Pinto na parte em que me era útil. Devo dizer, entretanto, que é o que V. Ex.^a está fazendo neste momento. O que me interessava e o que importava ao debate era exatamente mostrar que não se podia, de nenhum modo, fazer comparação entre a carga tributária de um país semidesenvolvido, ou em desenvolvimento, e um país superdesenvolvido, como os Estados Unidos. E isso confirmou o Senador Carvalho Pinto, de maneira enfática. Posteriormente, quando tive oportunidade de apresentar a réplica à crítica do eminente Senador José Sarney, S. Ex.^a reafirmou tudo o que dissera. Realmente fez essas declarações, em que acentuou que o Governo federal tem plena consciência da nossa situação e está tomando providências em relação a ela. Eu as aceito porque declarei de início que a minha preocupação era, embora não ostentando o título de economista, apresentar, dentro das minhas possibilidades, o diagnóstico da situação. Muito obrigado.

O SR. RUY SANTOS — Agradeço a V. Ex.^a, mas chegarei adiante a essa parte da carga tributária do Brasil comparada à de outros países.

Quero apenas dizer a V. Ex.^a, quanto ao início do seu aparte, que não estou fazendo o que V. Ex.^a fez. Citei o que V. Ex.^a disse, com o aval do Senador Carvalho Pinto, e estou acrescentando o que o Senador Carvalho Pinto também disse e de que V. Ex.^a não se serviu.

O Sr. José Sarney — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Pois não.

O Sr. José Sarney — Como esse debate é inexaurível aqui no Senado, acredito que ainda teremos oportunidade de voltar ao assunto. Gostaria de dizer que as comparações entre o Brasil e os países superdesenvolvidos, no caso da estatística sobre carga tributária, são inteiramente procedentes, levando-se em conta números absolutos. Quando se faz a réplica e se diz que o Brasil não pode ser comparado com esses países, com os números altos que têm, não se exclui da taxa brasileira aqueles quantos que são necessários, e que o Brasil distribui, para obras sociais e para encargos, que em outros países superdesenvolvidos são de iniciativa privada e aqui são financiados pelos impostos, pela carga tributária; se excluíssemos dos índices os 27% que no Brasil são destinados para encargos que noutros países desenvolvidos estão à conta dos par-

ticulares, chegaríamos a uma carga tributária de 18/19%, absolutamente exequível dentro da conjuntura internacional.

O SR. RUY SANTOS — Muito obrigado a V. Ex.^a Eu acrescentaria que, na Receita federal, há devolução imediata no que toca a aposentados, no que toca a pensionistas, no que toca a Previdência Social de um modo geral e também a encargos da União, que naqueles países referidos não existe, como por exemplo Educação e Saúde que, nos grandes centros, estão entregues praticamente à iniciativa privada.

Mas, da transcrição do Senador Carvalho Pinto:

"O Imposto sobre Produtos Industrializados que, a exemplo do exercício anterior, mantém a maior participação no total da receita, assinalou um dos menores crescimentos, ocasionado pelas reduções, concessões e isenções vinculadas à política fiscal imprimeada pelas autoridades. Neste sentido, através de recente alteração na Lei básica do IPI, foram delegados poderes ao Ministro da Fazenda para atribuir aos estabelecimentos industriais o direito de crédito do imposto relativo a máquinas, aparelhos e equipamentos, de produção nacional, inclusive quando adquiridos de não contribuintes do referido imposto, destinado à sua instalação ou modernização. Duas inovações contêm o dispositivo: a primeira é admitir o direito de crédito aos bens da produção que integram o ativo fixo das empresas (máquinas e equipamentos), antes só admissível em relação às matérias-primas e embalagens "empregadas na industrialização de produtos"; a outra é permitir tal crédito ainda quando aqueles bens não tenham sido adquiridos diretamente de estabelecimentos industriais ou equiparados, isto é, de contribuintes do imposto."

É bom não esquecer a nossa extensão territorial, cuja unidade é buscada, o elenco de problemas a resolver, as disparidades regionais, os desníveis sociais, o acúmulo de erros do passado, a luta contra a inflação e pelo equilíbrio orçamentário. Esse equilíbrio é essencial, sem sacrifício maior para o desenvolvimento brasileiro, e está sendo obtido. Assim, a Mensagem que acompanha a Proposta Orçamentária em exame no Congresso declara:

"O presente projeto de orçamento prevê para 1973 um déficit de apenas Cr\$ 480 milhões, substancialmente abaixo do inicialmente admitido no OPI a preços de 1973, mesmo para o exercício de 1974. Trata-se do mais baixo nível de déficit, em termos reais, nas duas últimas décadas, e des-

tinado a financiamento sem efeito inflacionário.

Esse nível de déficit, significando uma redução de 44 por cento, em termos reais, em relação ao previsto no orçamento de 1972 (que é de Cr\$ 760 milhões) corresponde a 0,14 por cento do PIB, e a 1,1 por cento da despesa global do Tesouro."

Aí está um aspecto do milagre brasileiro, de que o eminente Senador Danton Jobim faz pouco. E não tanto milagre: antes ação, determinação, consciência, propósito de administrar certo, de administrar bem, de administrar com os olhos voltados para o interesse nacional. E resultado que abre a porta ao alívio da carga que o Governo reconhece. Alívio que está ocorrendo aos poucos. Tanto que, em aparte a S. Ex.^a, disse o Senador Carvalho Pinto que:

"estamos assistindo a uma progressiva redução do imposto sobre circulação de mercadorias."

Apesar, porém, desse fato incontestado, como outros mais que veremos a seguir, disse o eminente representante da Guanabara que:

"não tem visto realmente as medidas que foram tomadas e que tenham produzido, até agora, algum alívio na carga tributária."

É não querer ver. E para os cegos de Escritura não há lentes de correção que deem jeito. Vou relacionar, porém, vários Atos, recentes, em que se busca, incontestavelmente, a redução daquela carga:

— o Decreto n.º 70.435, de abril deste ano: as alíquotas de 4 por cento, 5, 8, 9 e 10 por cento foram reduzidas a zero, atingindo carnes, peixes, leite, queijos, legumes, frutas, chá, farinhas, banha, óleos vegetais, chocolate, doces, vinagre, entre muitos artigos de consumo;

O Sr. Danton Jobim — V. Ex.^a dá-me licença para uma ligeira intervenção?

O SR. RUY SANTOS — Pois não.

O Sr. Danton Jobim — Meu aparte é no sentido de dizer que essas medidas a que V. Ex.^a se refere foram tomadas, aliás, com excelente intenção, que jamais nego aos meus adversários e pressuporho sempre naquelas que se acham no Governo. Mas o importante é que, do ponto de vista prático, de pouco elas adiantam ou de pouco têm adiantado; tanto assim que se verifica novo surto de aumento do custo de vida, o maior do ano, pelo menos na Guanabara, notícia que V. Ex.^a deve estar lendo nos jornais de hoje. Sabe V. Ex.^a que sou um interlocutor absolutamente tolerante e de boa fé. Sabe V. Ex.^a que não procuro, artificialmente, fazer crer aos meus adversários que aquelas citações em que me apoio re-

presentem infalivelmente a realidade da nossa situação tributária; apenas amparei-me no relatório sobre o Orçamento do ano de 1972, confiando a uma das maiores figuras nesta Casa, talvez a maior delas, no campo da Ciência Econômico-Financeira, com um longo passado, uma longa experiência de administrador e de mestre, e que nos vem dizer essas coisas que serviram de esteio ao meu desprezível libelo. Se, por exemplo, certas afirmações, feitas pelo Senador Carvalho Pinto, não podem ser aceitas pelo nosso ilustre colega Senador José Sarney, será, vamos dizer, uma divergência entre arenista e arenista, sendo que o parecer do honrado Sr. Senador Carvalho Pinto foi aprovado na Comissão e neste Plenário, como sabe V. Ex.^a. Então, o que fiz foi calcar-me com afirmações que partem do campo arenista e da Maioria que apoia o Governo. Muitas dessas críticas que V. Ex.^a está fazendo devem ser dirigidas aos seus companheiros e não propriamente a mim.

O SR. RUY SANTOS — Comecei meu discurso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, elogiando a elegância do nobre Senador Danton Jobim...

O Sr. José Sarney — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Um momento, Senador. E não vou retificar, absolutamente, o que disse no início. Apenas lamento que a elegância do Senador Danton Jobim descambe — e não tome V. Ex.^a como despreço — para uma intriga entre dois companheiros da ARENA. V. Ex.^a busca, fugindo à discussão, apenas intrigar dois companheiros, do maior brilho, da nossa Bancada e que podem ter divergências como eu tenho com outros e outros têm comigo, mas isto demonstra apenas a superioridade com que o nosso Partido vê a solução dos problemas nacionais.

O Sr. José Sarney — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Pois não, Senador.

O Sr. José Sarney — O Senador Danton Jobim, nosso querido e brilhante colega — porque todos temos para com S. Ex.^a uma grande admiração —, apenas cometeu uma injustiça no seu discurso: na realidade, todos concordamos com a referência feita ao Professor Carvalho Pinto, mas o representante de São Paulo apontou uma tendência, no nosso processo fiscal, ao aumento da carga tributária ao longo de muitos anos.

Essa tendência já se vem manifestando ao longo de um grande período. O Senador Danton Jobim disse que isto devíamos aos tecnocratas que haviam tomado o Poder depois de 1964. Este foi o ponto fundamental que atacamos nas críticas de S. Ex.^a

É que essa tendência datava de há muitos anos, como o Senador Carvalho Pinto e o próprio Governo reconheceram e todos reconhecemos. Se porém S. Ex.^a colocasse essa tendência antiga como resultado do advento dos tecnocratas de 1964, isto era, de certo, uma incoerência. Voltando ao tema da comparação de países subdesenvolvidos com países desenvolvidos: se recebêssemos essa tese de maneira absoluta, chegaríamos à conclusão de que, conforme o Brasil se vá desenvolvendo, evidentemente a carga tributária aumentará porque os países desenvolvidos têm carga tributária mais alta. Então, a única maneira de diminuir a nossa carga tributária é manter o Brasil no clube dos subdesenvolvidos, ou, então, fazer com que ele comece a regredir. É a tese que se apresenta nesta Casa. Mas, evidentemente, não é esta a tese do povo brasileiro nem a do Governo, como não é a de nenhum de nós. Só há uma maneira de a carga tributária diminuir, de acordo com a tese consagrada: é a de que o País não se desenvolva, porque os países subdesenvolvidos têm carga tributária baixa. Se o Brasil progredir, vai ter carga tributária alta como têm os países desenvolvidos. Afinal, qual é a tese da Oposição? É a de o Brasil regredir para baixar a carga tributária? É a pergunta que deixo ao Plenário.

O SR. RUY SANTOS — Agradeço a V. Ex.^a No meu discurso, mais adiante, vou-me referir à colocação do Brasil entre vários países mostrando que a nossa posição não nos é desfavorável.

Eu queria apenas dizer ao eminente Senador Danton Jobim, que fez referências ao custo de vida, que ninguém pensou, e ninguém pensa, que se possa acabar com a elevação do custo de vida, de uma hora para outra.

Na primeira Mensagem do Presidente Médici ao Congresso, S. Ex.^a disse esperar que, no fim de seu Governo, a taxa de inflação ainda esteja em 10%. Ora, se S. Ex.^a acha que a taxa de inflação ainda estará em 10%, não podemos ter a pretensão de já se ter eliminado a elevação do custo de vida.

V. Ex.^a, como Oposição, tem de concordar em que aquela marcha ascendente, aquela ladeira para o desconhecido que nós tínhamos do custo de vida, antes de 1964, aquela elevação foi-se reduzindo. Hoje, estamos em 15 ou 16%, se não me falha a memória, pelo que li nos jornais.

Leio outros decretos que mostram a disposição do Governo de baixar a carga tributária:

— o Decreto-lei n.º 1.234, de 25 de julho de 1972, isentou do IPI o arame farpado e ovalado, máquinas e implementos agrícolas, e tratores;

— o Decreto-lei n.º 1.165, de abril de 1971, isentou do IPI os produtos de origem nacional destinados à instalação, ampliação, ou reequipamento de empreendimentos industriais;

— o Decreto-lei n.º 1.189, de setembro do ano passado, assegurou às empresas fabricantes de produtos manufaturados isenção de impostos sobre importação e sobre produtos manufaturados, abrangendo máquinas e equipamentos;

— pelo Decreto n.º 69.618, de novembro de 1971, as missões diplomáticas puderam adquirir, com isenção do IPI, produtos destinados à construção, instalação ou ampliação de suas sedes;

— o Decreto-lei n.º 1.211, de março deste ano, isentou dos impostos de importação e IPI, na importação de equipamentos e materiais destinados à instalação, ampliação e renovação de estúdios e laboratórios cinematográficos;

— o Decreto-lei n.º 1.219, de maio de 1972, isenta as empresas fabricantes de produtos manufaturados do imposto sobre importação e IPI;

— pelo Decreto n.º 70.660, de maio deste ano, foi reduzida a ZERO a alíquota do IPI referente a discos;

— o **Jornal do Brasil** noticiou, no dia 1.º deste, que o Ministro Delfim Netto assinou portaria, reduzindo, de 10 e 12 por cento, para 6 por cento, as alíquotas do IPI que incidia sobre caminhões e ônibus pesados;

— Decreto-lei n.º 1.236, recentíssimo, de 28 de agosto, isentou do imposto de importação conjunto industrial, mesmo com similar nacional, incentivos estes últimos a que vem de se referir, em artigo, há poucos dias, o mestre Eugênio Gudin que, ao lado de outros, constituem o:

“conjunto de medidas que eu então chamei de Redenção da Indústria Nacional e que possibilitaram às nossas exportações, que em 1967 andavam pela casa de um bilhão e meio, atingir, este ano, a mais de três bilhões e meio de dólares. Só a exportação de manufaturados deve atingir a casa de um bilhão de dólares.”

Isso sem falar em outros tipos de incentivos com base no imposto sobre a renda.

Bom não esquecer, ainda a propósito, que, enquanto no Brasil o imposto sobre a renda pago pelas empresas está sujeito a uma alíquota única de 30 por cento, na Austrália vai até a 40, na Austrália a 44, no Canadá a 47, nos Estados Unidos a 52, na França a 50 por cento (única), na Holanda até 59, no Reino Unido a 38,75 por cento.

Mas, voltando à afirmação de que o Brasil é dos primeiros quanto ao peso da carga tributária, se quisermos permanecer nas mesmas fontes consultadas por S. Ex.^a, ou seja, STAFF

PAPERS — “MEASURING TAX EFFORT IN DEVELOPING COUNTRIES” — novembro de 1967 —, veremos que o Brasil ocupa precisamente o vigésimo primeiro lugar, sabendo-se que todos os países desenvolvidos da atualidade se acham colocados antes dele. Com cargas tributárias mais leves que a do Brasil, estão países como Chade, Kenya, Malawi, Afeganistão, Tanzânia.

Seria oportuno perguntar onde seria mais cômodo de se viver, ou de se estabelecer um empreendimento, se na Suécia e França, com cargas tributárias em cerca de 37,5 por cento, se no Brasil, com 21,4 por cento, ou se no Afeganistão e Etiópia, com cerca de 6 a 8 por cento?

Mais não é possível fazer. Quando a Revolução pôs fim à desordem econômica, financeira e social em que vivia o País, a inflação corroía, a todo galope, o organismo nacional. E se impunha detê-la. Não fazê-lo seria liquidar com todo o nosso esforço para nos mantermos como Nação. E a essa tarefa se lançou, com patriotismo, o primeiro Governo da Revolução. Tarefa impopular, reconhecia o Presidente Castello Branco, mas necessária e patriótica. Com contenção de salários, com redução nos gastos públicos, com a paralisação de obras que não estivessem dentro de um rigoroso critério de prioridade, com a eliminação de déficits orçamentários. E a grande arma buscada, ao lado da moralização administrativa, foi a reforma tributária e de nosso aparelhamento fiscal. A arrancada desenvolvimentista a que se referiu o Senador Danton Jobim teria que ser retomada. Com ordem na Casa antes de tudo; ordem mais necessária porque a Revolução se fizera contra a desordem. E os frutos foram sendo colhidos, lentamente como era de se operar, mas colhidos. Assim, quando se empossou o saudoso Presidente Costa e Silva, foi possível ao segundo Governo da Revolução retomar o desenvolvimento. Com cautela; com planejamento. A arrecadação passou a melhorar, ante o aparelho que o movimento de março montou. Claro que a carga tributária era alta, mas claro também que o déficit orçamentário não se encontrava ainda em nível suportável. A opção teria que ser feita. Ou eliminar aquela carga, com o aumento do déficit e a impossibilidade da realização de obras e serviços essenciais ao nosso desenvolvimento, ou contar com o sacrifício, por algum tempo, do contribuinte. A segunda alternativa foi a preferida.

Empossado o terceiro Governo da Revolução, à frente o honrado Presidente Emílio Médici, cumpria-lhe dar, com características pessoais, é certo, a decisão do movimento de março. Com consciência e determinação. O Tesouro passou a arrecadar mais, em consequência do melhor aparelho ar-

recadador montado; o déficit orçamentário foi-se reduzindo, o desenvolvimento nacional se fazendo. E, como consequência, busca-se, já agora, reduzir a carga tributária. Essa carga, porém, não corre por conta, apenas, da tributação da competência da União. No seu tão citado Parecer, em todo esse debate, diz o Senador Carvalho Pinto que:

"essa situação espelha um quadro de injustiça, profundamente agravado, no âmbito geral da Nação, pela esmagadora composição indireta das arrecadações estaduais e municipais."

E o Ministro Delfim Netto, em exposição na Comissão de Finanças do Senado, fez referência à elevação de tributos que se verifica, de um modo geral, nos Estados e Municípios, de parte dos governantes que, ao assumirem o cargo, encontram o Estado, ou Município, sobrecarregado de compromissos que vêm das administrações anteriores.

Em gráfico representativo da carga tributária por Estados da Federação, que tenho em mãos, referente a 1969, verifica-se ser o Estado da Guanabara o segundo de maior carga tributária do Brasil, só superado por pouco por São Paulo. A carga tributária na Guanabara chega a quase 30 por cento, muito superior à média do Brasil (21,4 por cento), no ano considerado, devendo-se a diferença à sobrecarga dos impostos de competência do Governo estadual, que vem se conformando com o fenômeno sem qualquer reação, mesmo porque a carga tributária, no Brasil e no mundo, tem correlações diretas com o desenvolvimento econômico e social.

O Sr. Danton Jobim — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento do orador.) Isto ocorre na Guanabara exatamente porque meu Estado é um dos dois Estados mais desenvolvidos do Brasil. O contribuinte do nosso Estado pode pagar os impostos, o que não acontece com o do Nordeste; 30% da população brasileira é que paga impostos, como sabe V. Ex.^a, e a Guanabara sempre foi um dos maiores pagadores. O contribuinte carioca geralmente esteve perto de São Paulo na contribuição para o Imposto de Renda, durante bastante tempo. No momento, com melhor arrecadação, a situação tem melhorado muito.

O SR. RUY SANTOS — Pensei que V. Ex.^a fosse dizer que, até há pouco, existiam serviços na Guanabara custeados pelo Tesouro da União. Ainda há um ou outro. Quero dizer a V. Ex.^a que não contesto a capacidade do guanabarinu em receber a carga tributária que sobre si pesa, mas V. Ex.^a não pode jogar apenas sobre a União ou os seus tecnocratas essa responsabilidade. V. Ex.^a tem que apelar também para os tecnocratas que, na Guanabara, contribuem para o aumento da carga tributária.

O Sr. Danton Jobim — V. Ex.^a vai-me permitir, já que está constantemente me chamando à colação. V. Ex.^a faz muito bem em apontar os erros ou enganos que eu, porventura, tenha cometido nos meus modestos discursos. Agora, devo dizer a V. Ex.^a o seguinte: realmente, nos Estados, o que se faz não é senão seguir rigorosamente a orientação financeira e tributária da União. V. Ex.^a sabe disto; também sabe que, hoje, não se pode falar em Federação no sentido tradicional do termo, aqui no Brasil. O Ministro da Fazenda o regente de uma imensa orquestra, onde os músicos são de todos os Estados. Acho acertado; não poderíamos, evidentemente, combater a inflação se continuássemos a deixar que os Estados livremente fizessem os seus orçamentos, sem consultar aos interesses da recuperação financeira e do Plano de Desenvolvimento Nacional. Neste ponto, não divergimos absolutamente. Em relação à Guanabara, o que se dá é isso: é um Estado em que se pode pagar impostos porque a sua produção é grande, ainda distanciada das demais unidades da Federação, menos de São Paulo, naturalmente. Mas se V. Ex.^a argumentasse com São Paulo, seria a mesma coisa: os paulistas pagam muito mais impostos do que os guanabarinu porque produzem muito mais.

O Sr. RUY SANTOS — Muito, não. Está mais ou menos equilibrado com a Guanabara. Tenho o gráfico a seu dispor.

O Sr. Danton Jobim — V. Ex.^a vai-me mostrar esse gráfico, que me dará grande alegria por saber que o Estado que represento já conquistou esse galardão de ao menos aproximar-se de São Paulo na sua capacidade de pagamento, embora possua população muitíssimo menor.

O SR. RUY SANTOS — Se V. Ex.^a telefonar para o Secretário de Finanças da Guanabara, que deve ter comparecido a essas reuniões presididas pelo Ministro Delfim Netto, ouvirá —, como ouvi e alguns Senadores devem ter ouvido do Secretário do seu Estado — que a recomendação do Ministério da Fazenda é no sentido de que os Estados não aumentem a tributação. E isso está-se verificando.

O Sr. Danton Jobim — A Guanabara segue rigorosamente essa recomendação, ou melhor, essa orientação.

O SR. RUY SANTOS — V. Ex.^a diz que os Estados estão seguindo orientação de cima. A orientação é no sentido de que não aumentem; façam como o Governo Federal: procurem reduzir.

O Senador Danton Jobim, porém, afirmou, a certa altura de seu discurso, que o nível

"de arrecadação ora verificado é conseguido à custa de exigir-se

do contribuinte, considerando a farta incidência dos impostos indiretos, muito acima de sua capacidade de contribuir."

A verdade, todavia, é que, enquanto a carga tributária direta cresceu 44,2 por cento no período 1959/60 a 1965/67, a carga tributária indireta cresceu 15,8 por cento, segundo "Estudos Anpes n.º 18".

O que tem de se fazer está sendo feito. Sem precipitação. Tecnicamente, apesar do despreço do Senador Danton Jobim pelos técnicos. Não se pode agir sem atenção à conjuntura nacional. E vamos nos louvar no Senador Carvalho Pinto, opinião que buscamos com sinceridade pelo muito que nos merece o eminente homem público paulista. E está no seu já referido Relatório:

"Forçoso é convir, entretanto, que neste estágio trepidante da nossa economia, em que medidas estruturais e conjunturais se somam para o domínio definitivo da inflação, para a ruptura do desenvolvimento e a conquista de mercados externos, seria irrealística a suposição de que a correção dessas anomalias estivesse ao alcance de operações drásticas e sumárias, ou pudesse — sem ofensa à nossa normalidade evolutiva —, ser obtida fora de um amplo e perseverante programa de medidas concatenadas e progressivas, atentas às reações sociais e econômicas provocadas. E nem seria justo, a esse respeito, negar-se a preocupação que o Governo vem tendo com a matéria, ostensiva numa série de iniciativas fiscais e de reformas da maior profundidade no campo econômico-financeiro."

Realisticamente, convém repetir. Progressivas. Buscando o equilíbrio orçamentário, realizando uma série de obras e serviços que, em verdade, desafogam a carga do clamor de todos nós. Ação governamental que nos permitiu que a capacidade de energia elétrica instalada, em mil quilowatts, passasse de 6.350, em 1963, para 12.629, em 1971, com um aumento de 98,9 por cento; que a produção de petróleo, em mil barris, subisse de 37.500, em 1963, para 57 mil em 1971, com o aumento de 52 por cento; que os terminais de telex, que eram 500 em 1963, chegassem a 3.138 em 1971, com o aumento de 527,2 por cento; que as unidades habitacionais construídas passassem da média anual, em 26 anos, de 4.600, para 114 mil, média anual no período 64/71; que os dispêndios federais com a educação subissem, em milhões, do valor em 1972, de 1.033 para 2.500, com a elevação de 142 por cento, com o aumento de matrículas, só no curso superior, em mil estudantes, de 124 para 543, com o aumento de 337,9 por cento, valendo destacar que, ainda há poucos dias,

o chefe do Governo inaugurou, na Ilha do Fundão na Guanabara, parte do projeto da Cidade Universitária, onde só a atual administração investiu quase Cr\$ 400 milhões de cruzeiros; que as rodovias pavimentadas passaram de 11.400 quilômetros, em 1963, para 25.535, em 1971.

O Sr. Danton Jobim — V. Ex.^a permite mais um ligeiro aparte?

O SR. RUY SANTOS — Com muito prazer, nobre colega.

O Sr. Danton Jobim — V. Ex.^a omitiu aí — creio que não propositalmente — a valiosa contribuição do Estado da Guanabara a essa obra federal. Realmente, a infra-estrutura confiada ao Governo da Guanabara está praticamente pronta e somente não foi inaugurada porque se acharam algumas incorreções na aplicação do projeto, e então essa inauguração ficou para um pouco mais tarde. Esta infra-estrutura, porém, que custa realmente “uma fábula”, evidentemente coube ao Governo da Guanabara, que tem cooperado com o Governo federal em tudo o que diz respeito ao Plano Nacional de Desenvolvimento. O Sr. Chagas Freitas tem procurado fazer administração separando rigorosamente a política partidária dos interesses vitais da Nação brasileira, que estão soldados aos interesses do nosso Estado.

O SR. RUY SANTOS — Eu não tenho nenhuma restrição, eminente Senador, à ação, que sei eficiente, do eminente Governador da Guanabara.

O Sr. Danton Jobim — A contribuição que ele deu a essa obra.

O SR. RUY SANTOS — Sei que há contribuição. Eu queria apenas que V. Ex.^a, como representante da Guanabara, amigo e correligionário do Senador Chagas Freitas, nos trouxesse os números do já aplicado pelo Governo da Guanabara...

O Sr. Danton Jobim — Já fiz referência aqui, em pronunciamentos anteriores, e V. Ex.^a possivelmente não prestou atenção.

O SR. RUY SANTOS — Mas V. Ex.^a poderia repetir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — (Fazendo soar a campainhas.) Lembro ao nobre orador que o seu tempo está-se esgotando.

O SR. RUY SANTOS — Vou concluir, Sr. Presidente.

De 1963 a 1971, houve o aumento de 124 por cento em rodovias pavimentadas, isso sem falar nas não pavimentadas. Mas o eminente Senador Danton Jobim — perdoe-me — V. Ex.^a estar sempre falando em seu nome, mas o faço com simpatia — em seu segundo discurso, perguntou:

“— De que adianta possuir boas rodovias, se não há razão de utilizá-las como meio de transporte, ao nível economicamente viável,

como multiplicadoras de consumo?”

Santo Deus! Perdoe-me S. Ex.^a a exclamação. Parece que o eminente representante da Guanabara só conhece a Guanabara. Percorra, porém, S. Ex.^a esse imenso Brasil, ou os Brasis da divisão de muitos, e verificará a utilização. E não só nas grandes estradas pavimentadas, como a Rio—São Paulo, ou a Rio—Bahia; apure o movimento já agora na Belém—Brasília, ainda em construção; aperceba-se do heroísmo dos motoristas de caminhão nas estradas de segunda ou terceira classe, em época de chuvas. E em nível de viabilidade; nível tão surpreendente que faz concorrência com o transporte ferroviário, bem mais barato, o que tem levado o Governo à supressão de ramais de estradas de ferro que se tornaram antieconômicos. Tão viável, Excelência, que o Presidente Médici vem de baixar o Decreto-lei n.º 1.228, de 3 de julho deste ano, ainda em tramitação no Congresso, em que isenta de imposto os rendimentos auferidos, no tráfego internacional, por empresas estrangeiras de transporte terrestre, desde que haja reciprocidade no tratamento. E sabe por que, eminente Senador? — É que o setor rodoviário é hoje responsável por cerca de 70 por cento do total de transportes do País. E o fator velocidade, rapidez na entrega, interferindo na preferência.

O Sr. Danton Jobim — V. Ex.^a, aí, vai-me obrigar a pedir novo aparte. — (Assentimento do orador.) — É que eu não declarei absolutamente que não havia tráfego nas estradas. Eu não cometeria evidentemente essa cincada. Eu temia que, prosseguindo a tendência para o crescimento indefinido da carga tributária, chegassemos a uma situação em que teríamos grande número de estradas, mas seria tal a miséria a que reduziríamos regiões como o Nordeste — eu não me refiro propriamente à Bahia, falo em Nordeste no sentido antigo quando a Bahia ainda não se havia inserido nessa Região...

O SR. RUY SANTOS — V. Ex.^a está muito baiano depois que preside a Comissão do MDB do meu Estado.

O Sr. Danton Jobim — Ela era considerada evidentemente mais Leste que Nordeste. Mas a verdade é que aqui tenho ouvido os correligionários de V. Ex.^a, nordestinos de boa cepa, homens ativos nos seus Estados, que vêm para a tribuna comunicar ao Senado e à opinião pública que a situação do Nordeste é realmente desesperadora. Essa é a verdade. Temos aí uma série de publicações feitas pelo eminente Senador Arnon de Mello. Essas publicações aí estão para ser consultadas também por V. Ex.^a Verifica-se que realmente a situação do Nordeste é terrível. Podemos até prever que haja no desen-

volvimento do Nordeste um retrocesso, porque já está numa situação muito difícil, suas perspectivas realmente não são boas.

O Sr. José Sarney — V. Ex.^a quer diminuir os impostos, então, diminuirá também o recurso para o Nordeste?

O Sr. Danton Jobim — Mas V. Ex.^a sabe que um dos discursos do Senador Arnon de Mello tem sido todo calcado sobre matéria tributária. S. Ex.^a chegou até a fazer uma comparação entre os efeitos do ICM e os efeitos do antigo IVC. V. Ex.^a conhece isso, porque deve ter ouvido ou lido as declarações do nobre Senador.

O Sr. Arnon de Mello — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Eu vou dar o aparte ao eminente Senador Arnon de Mello. Mas quero dizer a V. Ex.^a que, quando, há pouco, se referia ao protesto continuado, não sei se notou a inquietação que havia um pouco atrás de mim, quando o Senador Heivido Nunes, representante do pequeno Estado do Piauí (Não apoiado!), dizia que não subscreve, absolutamente, a ponderação de V. Ex.^a

Ouçó, agora, o Senador Arnon de Mello.

O Sr. Arnon de Mello — Muito obrigado, nobre Senador Ruy Santos, por me conceder o aparte. Em primeiro lugar, quero destacar como o ilustre Senador Danton Jobim, filho de São Paulo, futuro Governador da Guanabara...

O Sr. Danton Jobim — Não apoiado!

O Sr. Arnon de Mello — ... está sensibilizado — é a primeira vez que assim o vejo — pela pobreza do Nordeste. Todas as palavras que aqui pronunciei sobre a minha Região eu as confirmo e repito. Lamento não seja eu quem mais tenha condenado o subdesenvolvimento nordestino mas o Sr. Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, no seu antológico discurso de julho de 1970, depois de visitar as áreas flageladas pelas secas.

O Sr. Danton Jobim — Muito bem!

O Sr. Arnon de Mello — Tenho realmente pronunciado numerosos discursos contra a pobreza do Nordeste, mas isso não me impede de reconhecer que nenhum Governo o beneficiou tanto como o atual...

O SR. RUY SANTOS — Quem agora diz muito bem sou eu.

O SR. ARNON DE MELLO — ... e, por último, sobretudo com o PRO-TERRA.

O SR. RUY SANTOS — Sr. Presidente, vou concluir:

As obras e serviços prestados ao País, através da arrecadação de tributos a cargo da Nação, não são, todavia, somente estes, dentre os muitos. Do recolhido pelo Tesouro Nacional do Imposto de Renda e sobre

Produtos Industrializados, dez por cento são entregues aos Estados, Distrito Federal e Municípios; além disso, 40 por cento do produto da arrecadação sobre lubrificantes e combustíveis líquidos, 60 por cento do imposto arrecadado sobre energia elétrica e 90 por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre Minerais serão distribuídos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Tudo nos termos do que dispõe a Constituição Federal.

Mais que a carga tributária, que não foi criada pelos Governos da Revolução, antes interessados, como já está demonstrado, em aliviá-la, é a Justiça Tributária. A injustiça na tributação dói mais que o próprio tributo. Se todos os sujeitos à mesma incidência estão pagando, não há o que reclamar; reclamou-se, sim, e durante muito tempo, foi a cobrança a "A" e a mão pela cabeça de "B". Hoje, com a nova aparelhagem fiscal, com a reforma do sistema de arrecadação, todos estão pagando, ou são compelidos a pagar o devido.

A prova é que no discurso do eminente Senador Arnon de Mello vamos encontrar: em 1968 — 4 milhões e 300 mil declarantes de Imposto de Renda, e já em 1972 mais de cem por cento, mais de 9 milhões de declarantes.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Ouvi o aparte do meu velho e querido amigo Senador Arnon de Mello, em que o nobre representante de Alagoas estranha que o ilustre colega de minha bancada Senador Danton Jobim, nascido em São Paulo e eleito pela Guanabara esteja tão interessado pela sorte de nós os nordestinos. Lamento interromper o eminente Líder da maioria Senador Ruy Santos, porém, preciso esclarecer ao plenário que o Senador da Guanabara é um grande e brilhante jornalista, ex-Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, conhece com profundidade o drama do Nordeste e quando vem à tribuna aborda de modo amplo e global os interesses da Nação, não se cingindo apenas ao setor regional por onde foi eleito. Gratíssimo Senador Danton Jobim pelo ardor com que defende o Nordeste.

O SR. RUY SANTOS — Agradeço a V. Ex.^a, Senador Ruy Carneiro.

Continuando, Sr. Presidente: e, ao que me consta, só após a Revolução de 1964, graças ao aperfeiçoamento do aparelho arrecadador, se viu o Tesouro Nacional devolvendo ao contribuinte o que foi recolhido a mais do Imposto de Renda.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Pois não, nobre Senador!

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.^a diz que o Governo está preocupado em reduzir a carga tributária. V. Ex.^a diria melhor: o Governo já vem aliviando a carga tributária, porque revogou o art. 83 da Lei n.º 3.460, revogou aquela punição paradoxal que havia no Brasil para empresas que faziam reinvestimentos de lucros. Veja V. Ex.^a: a Lei n.º 3.460, no seu art. 83, punia com 15% todo empresário que levasse seu lucro à conta de Lucros Suspensos e, depois, à conta de Capitais ou Lucros Não Distribuídos. No entanto, o Governo Federal, após 1964, revogou essa punição e fez mais, baixando o Decreto-lei n.º 157. Percebe-se, pois, que o Governo não está só preocupado, mas agindo, de fato, no sentido de aliviar a carga tributária.

O SR. RUY SANTOS — Agradeço a V. Ex.^a No entanto, peço aos nobres colegas que não me aparteiem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — (Fazendo soar a campanha) — A Presidência lembra a V. Ex.^a que seu tempo está esgotado.

O SR. RUY SANTOS — Estou vendo o pisca-pisca vermelho, há muito tempo, me advertindo. Concluirei, Sr. Presidente.

E mais ainda que a injustiça tributária, Srs. Senadores, dói, revoltando mesmo a não-verificação de que está sendo devolvido em obras e serviços o que vem de recolher. O contribuinte que não vê a aplicação da arrecadação grita, e o faz com razão. Na hora, entretanto, em que verifica, como agora, como depois da Revolução, que há honestidade na administração, que há prioridade em obras e serviços, que há um plano de desenvolvimento em execução, sente aliviada a carga a que foi submetido. Os industriais que clamam através a palavra do Presidente de sua Confederação, citada pelo Senador Danton Jobim, e cuja carga está sendo aliviada, estão vendo os seus produtos chegarem, com facilidade, à maior parte do território nacional, graças à implantação de um sistema rodoviário bem traçado e bem executado; que há um sistema de comunicações, através discagem direta, e um telegrafo já eficiente, pondo o produtor em contato com os centros consumidores, produtor que, até há pouco, era obrigado a manter, às suas custas, um sistema próprio de comunicações; que se desenvolve a agricultura, que se incentiva a produção mineral, pondo-lhes, à mão, a matéria-prima a tratar; que se põe fim aos desniveis regionais; que se faz a integração nacional, que se melhora a capacidade aquisitiva do brasileiro.

A Oposição está, na sua Operação Antiimpacto, se servindo de afirmações que são do próprio Governo. É o Governo quem vem dizendo que a

distribuição de renda não é perfeita, ou que a carga tributária é alta, dizendo e agindo para corrigir aquela e aliviar esta. Pegue, daqui por diante, a nobre Oposição outras afirmativas governamentais. Que há ainda desniveis regionais. Que há ainda pobreza. Que a economia vai bem e o povo ainda vai mal. Que há ainda criança sem escola. Que há ainda endemias com índices altos. Pegue-se no óbvio. E aqui estamos para destacar o que vem sendo feito em favor da prosperidade da Nação, do bem-estar do povo, da integração nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Nos termos do § 2.º, art. 184, do Regimento Interno, concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro resolveu lançar, em todo o País, uma campanha de esclarecimentos da opinião pública, em face da propaganda ilimitada, por todos os meios de divulgação, de que se valia o Governo para fazer crer ao povo brasileiro, sem qualquer contraste, o "milagre" que se atribui. A Oposição cumpria recolocar o rio das maravilhas em seu leito natural, selecionando o que havia, na torrente, de excessos de imaginação, fazendo inclusive justiça aos governos anteriores, a que tantos dos atuais revolucionários serviram com exemplar dedicação, e recordando à Nação que muitos dos êxitos que se assoalham, são a colheita das sementes espalhadas num passado hoje amaldiçoado por muitos que dele participaram.

Aos impactos governamentais opunham-se, assim os antiimpactos. Mas se aqueles se cercam de suspense e de projeções televisionadas, esses não têm modelos inflexíveis, e por falta dos mesmos recursos publicitários, se valem dos meios lícitos que ainda não lhe foram retirados, e quando a imprensa pode, o que nem sempre acontece, divulgar o que falam ou escrevem os líderes oposicionistas.

Coube ao nobre Senador Franco Montoro a responsabilidade de coordenar e iniciar esses esclarecimentos. E ninguém dirá que o não fez com a habitual eficiência e a mais elevada isenção. Pouco importa que impugnações hajam surgido às suas críticas. Aqui não têm assento, por mero acaso, as mais altas expressões políticas do País, homens experimentados, de larga vivência pública. Viram os fatos por outros ângulos, e daí surgiu o debate, que é a vida dos Paramentos.

Sucedeu-lhe, na tribuna, o ilustre Senador Danton Jobim, que focali-

zou o problema do aumento da carga tributária. Fê-lo com a costumeira elevação, valendo-se de dados e opiniões, a que outros dados e opiniões podem ser opostos, num País onde as estatísticas são tão intranquias quanto as águas do mar.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Nelson Carneiro muito me preocupou uma afirmação de V. Ex.^a É que V. Ex.^a disse que muito do desenvolvimento, muito do progresso que aí está seria fruto da semente lançada anteriormente à Revolução. Veja V. Ex.^a como os números são frios e muitas vezes não permitem certos tipos de comentários. No ciclo de 1957 a 1961, crescemos no produto interno bruto à taxa de 8,3% média; em 1962, caímos para 5,3%; em 1963, 1,5%; em 1964, 2,9%; em 1965, 2,7%. Só em 1966 é que voltamos para 5,1%. Vê V. Ex.^a que esse tipo de semente a que V. Ex.^a se reporta não pode ter sido aquele que veio a dar os frutos extraordinários que estamos colhendo, porque os números estão aí para desmentir. No período pré-revolucionário, e mesmo pós-revolucionário, não germinaram os frutos que hoje estamos colhendo. Era esta a observação que eu queria fazer a V. Ex.^a

O SR. NELSON CARNEIRO — É evidente que o nobre Senador Benedito Ferreira é o mais jovem dos representantes do povo com assento nesta Casa. Mas nunca pensei que S. Ex.^a tivesse tão pouca idade, ou tão pouca memória, porque esqueceu, por exemplo, de que a indústria siderúrgica não nasceu no Brasil depois da Revolução; de que a indústria de construção de navios não se iniciou com a Revolução; de que Brasília não se construiu depois da Revolução; de que as estradas que demandam de Brasília para os vários pontos do território nacional não foram abertas depois da Revolução; de que a PETROBRÁS não surgiu depois da Revolução. Esses e tantos outros fatos é que fizeram, Sr. Presidente, que eu afirmasse que muitas das sementes espalhadas no passado, a que tantos serviram nesta Casa, agora estão germinando e produzindo os seus frutos.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex.^a uma explicação?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pois não!

O Sr. Benedito Ferreira — Eu queria deixar patente que não sou realmente tão novo, principalmente no que diz respeito à memória. Não sou desmemoriado. Tanto que me lembrei, e V. Ex.^a há de se lembrar comigo, das denúncias que fiz neste

plenário — como as fiz também na Câmara dos Deputados — sobre a implantação criminosa que se fez no Brasil, no período áureo a que V. Ex.^a se reporta, com a famosa "Operação Swap", dessa criminosa indústria automobilística para desenvolver o país. Sabe V. Ex.^a que, em nome do nacionalismo, houve a introdução desse tipo de indústria, cujos reflexos vamos pagar com esses dados estatísticos que demonstrei aqui. É bem verdade que se concretizou em nosso país esse tipo de indústria a que V. Ex.^a se reporta. Mas, a que preço? Um verdadeiro saque contra o futuro, uma emissão de cheque sem fundo para que as gerações atuais viessem a pagar. Daí porque chamei a atenção de V. Ex.^a Essas sementes deram, isto sim, um produto interno crescendo 50% ao incremento demográfico verificado no ano de 1963. Eram estas as observações que desejava fazer.

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, mas espero ter respondido anteriormente à sua intervenção.

O Sr. José Lindoso — Permite-me um aparte, nobre Senador Nelson Carneiro?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pois não! É uma honra para mim.

O Sr. José Lindoso — Será uma intervenção rápida. Apenas desejo assinalar que V. Ex.^a, por outras palavras, repete o Presidente da República, que já disse que a obra de construção da Nação é uma obra de todos os dias e de todos nós.

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço a V. Ex.^a a resposta que dá ao nobre Senador Benedito Ferreira.

Continuando, Sr. Presidente:

Na Câmara dos Deputados, vários oradores emedebistas focalizaram, com bravura e seriedade, outros aspectos da realidade nacional. O debate, pois, não se interrompera, nem se restringira a um só dos parlamentares designados para o estudo das diversas controvérsias. Era, e é, de louvar-se o esforço da Minoria, impossibilitada de constituir comissões parlamentares de inquérito e sem resposta a seus pedidos de informações, em avivar as discussões, que não se restringiam a simples modificações nos regimentos internos, mas interessavam, pela sua amplitude e repercussão, a todas as camadas populares.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — O que não deve ser uma surpresa para V. Ex.^a, porque é do meu hábito atender ao pregão da sua simpatia oratória...

O SR. NELSON CARNEIRO — Muito me honra V. Ex.^a

O Sr. Eurico Rezende — Estranhável seria se eu não ocorresse, com a minha intervenção, no pronunciamento de V. Ex.^a Estou de acordo, aliás, complementando as palavras do eminente Presidente Médici, e reproduzidas no aparte do Ilustre Senador José Lindoso, no sentido de que muitas conquistas que, hoje, frutificam no Brasil vieram de governos anteriores — os governos do Presidente Getúlio Vargas, do Presidente Dutra, do Presidente Juscelino Kubitschek, este que foi, realmente, aquele que iniciou o grande salto do nosso desenvolvimento econômico. Mas muita coisa que procuraram germinar no passado, se prosperasse, V. Ex.^a, talvez, não estivesse ocupando a tribuna neste momento. Estão aí as contribuições de governos anteriores. Mas o caminho certo, geralmente certo, globalmente certo — V. Ex.^a há de convir — foi encontrado a partir de 1964. E, com relação à operação antilímpido, devo dizer que foi muito boa para o Congresso Nacional porque deu vivacidade aos nossos debates, conduziu os parlamentares a conquistarem no estudo e na pesquisa subsídios mais sérios, e não o uso daquelas frases esboçadas a que estávamos habituados. Mas não teve repercussão nenhuma na opinião pública. E digo porque. Não porque o Sr. Senador Franco Montoro não tenha valor, que V. Ex.^a não seja uma cidadela avançada da cultura parlamentar, nem que o nosso simpático Senador Danton Jobim não tenha a sua liderança cultural, mas é que o raciocínio do povo é muito simples. O Brasil está indo bem. O Brasil está tendo operadas, a toda carga, as oficinas da sua emancipação econômica, do seu bem-estar social. Então, o raciocínio popular é simples; a oposição não tem razão. Agora se essa operação antilímpido tivesse sido feita, como aliás o foi no passado, quando o País se encontrava nas cercanias da letalidade do equilíbrio social, isso surtiria efeito — como surtiu aquela campanha capitaneada pela extinta União Democrática Nacional, por V. Ex.^a também, que sempre se opôs aos desmandos da maldição prosrita em 1964 —, aí essa operação antilímpido surtiria efeito perante a opinião pública. Então, o resumo é o seguinte: a operação antilímpido foi muito boa para o Congresso; funcionou plenamente mas não teve a menor repercussão probante na sensibilidade nem nas coronárias da opinião pública.

O SR. NELSON CARNEIRO — O nobre Senador Ruy Santos, que é médico, poderia responder a esse aparte com maior proficiência. S. Ex.^a é que entende de coronárias. Eu apenas sou o mau funcionamento das coronárias e não sei como solucioná-lo.

Mas, de qualquer forma, estou satisfeito porque vejo, revejo o antigo espadachim da UDN, que naquele tempo profligava os governos, com a mesma bravura, com a mesma elegância e com as mesmas palavras difíceis e rebuscadas, hoje, exaltando o Governo. Eu me congratulo com o nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a está inaugurando, nesta Casa, um estilo de debate diferente.

O SR. NELSON CARNEIRO — Ainda bem.

O Sr. José Lindoso — Parece-me que V. Ex.^a está realmente com pouca pólvora, porque usa um recurso que representa, em última análise, fuga ao debate. Ainda há pouco V. Ex.^a, sem responder ao Senador Benedito Ferreira, utilizava o aparte, em um plano de filosofia e história, que lhe dera para exatamente apoiar o pensamento do Presidente da República, jogando-me contra o nobre Senador Benedito Ferreira, sem responder aos argumentos que lhe oferecera. Agora, V. Ex.^a não replica propriamente o Senador Eurico Rezende; pede socorro aos serviços médicos do Senador Ruy Santos.

O Sr. Eurico Rezende — É um caso de hospitalização oposicionista.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, ainda bem que a pólvora, por enquanto, é pouca. Espere S. Ex.^a que virá mais pólvora ainda.

Os impactos, esses sim, são talhados pelo mesmo figurino. Reúne-se o Ministério, requisita-se o horário dos rádios e das televisões, convoca-se a imprensa escrita, e, de repente, se anuncia, por exemplo, a doação ao-Brasil dos restos mortais de Pedro I, sem o coração, que esse ficou em Portugal, com os portugueses.

Apesar disso, não surpreendeu à Liderança da Minoria que o eminente Senador Filinto Müller, que soma, com tanta elevação e serenidade, os agradáveis encargos de Líder da Aliança Renovadora Nacional aos árduos deveres de Líder do Governo nesta Casa — se houvesse valido da imprensa, sim, Srs. Senadores, da imprensa, para, através de **O Globo** que circulou na sexta-feira, 1.º de setembro, declarar — então com surpresa nossa — textualmente:

“Nós aceitamos o debate, não temos receio do debate, mas em termos elevados. Do jeito que está, a operação que o MDB chama de “antim impacto”, não passa, pelo menos no Senado, de um impacto promocional do Senador Franco Montoro, nada mais.”

Cumpria à Liderança, ao menos foi assim que aprendi com os meus maiores, não deixar pesasse sobre um dos seus crítica tão injusta, que minimizava o debate autorizado pela direção partidária, e o reduzia a uma simples exibição vaidosa. Foi o que fiz. Foi o que faria o eminente Senador Filinto Müller, se o comentário alcançasse a qualquer de seus liderados.

Não havia, desse modo, nenhuma recuperação de liderança, que no MDB é de todos, ao contrário da que insinuou o nobre Senador Ruy Santos, com aquela deliciosa malícia que todos lhe reconhecem e perdoam.

O Sr. Ruy Santos — Obrigado pelo perdão.

O SR. NELSON CARNEIRO — O Senado Federal não realizaria sessão naquela sexta-feira, 1.º de setembro. Nem nos dois dias seguintes. Justo não era ficasse sem resposta pronta a afirmação da chefia majoritária. Dai a nota oficial da Liderança do MDB, distribuída no mesmo dia 1.º:

“O Sr. Nelson Carneiro, líder do MDB, no Senado Federal, distribuiu ontem à imprensa a seguinte nota oficial:

Na última sessão, o ilustre Líder Filinto Müller anunciou a presença, nos próximos dias, na tribuna do Senado Federal, de vários oradores, que abordarão diversos aspectos da situação econômica nacional, prosseguindo assim o debate iniciado pela bancada oposicionista na semana passada. A liderança do Movimento Democrático Brasileiro espera que os brilhantes representantes da Maioria possam afinal responder a algumas perguntas formuladas pela Minoria desde a primeira sessão da presente legislatura e outras, entre tantas, que ficaram no ar.

Quanto custou aos cofres nacionais a aventura do Plano de Saúde? A quem deve ser imputada a responsabilidade pelo fragoroso desastre da Ponte Rio-Niterói? E quanto afinal custará a Ponte? Por que se abandonou a famosa Carta de Brasília, distribuída em papel de ouro e exalçada como a lei áurea da agricultura? Em quanto importa a dívida externa do País, quais as comissões pagas, os juros, os vencimentos, os credores, o destino? Quando se concluirá a ponte de Brasília? É certo, como afirmava o ilustre Senador João Cleofas em discurso de 19 de agosto de 1971, citando dados oficiais da SUDENE, que, nos últimos dez anos, “no Nordeste, decresceu de 11% para 7% do emprego criado no Brasil? É verdade, que “não há dúvida que a introdução do ICM agravou profundamente as disparidades regionais e gerou distorções”, como

afirmava o economista Rubens Vaz da Costa? Terá incidido em erro o nobre Senador Paulo Guerra, ao asseverar que o MOBRAL, para os nordestinos, “é uma demagogia”? Quantos morreram ou foram vítimas de epidemias em virtude do estado de abandono sanitário na Transamazônica, de que deu notícia, nesta Casa o ilustre Senador Clodomir Millet, e que só recentemente teria sido enfrentado pelo Ministério da Saúde? Serão verdadeiros os dados de pesquisa recentíssima divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, denunciando que “metade da população das pessoas remuneradas recebe 13,7% da renda total”, enquanto “10% da população apropriam-se de quase metade da renda total”? Estarão certos os pesquisadores da Fundação Ford e do Ministério da Agricultura quando esclarecem que “a causa mais evidente do processo de agravamento da concentração de renda em nosso País é a compressão salarial”? É igualmente exato que “a remuneração média do trabalho agrícola se manteve praticamente estacionária, em valores reais, entre 1.º de setembro de 1966 e o 2.º semestre de 1970”? Erra o economista João Pinheiro Neto quando diz que, “enquanto os consumidores de renda alta aumentaram o nível de gastos, os das camadas mais modestas, necessitados de roupas, calçados, etc., tiveram menores possibilidades de consumo, o que indica o achatamento na base da pirâmide e o crescimento injusto do vértice”? Quando o Governo errou e acertou nos rumos seguidos no caso do café? Quanto se gastou na insensata política de erradicação dos cafezais? Quantos milhões de pés dessa rubiácea foram destruídos? Merecerá contestação o ilustre Senador Arnon de Mello, quando reafirmava, ainda ontem, sua declaração anterior de que, “em matéria de analfabetismo, segundo estatística do IPEA, tem o Nordeste mais analfabetos hoje do que há cinquenta anos atrás”? O eminente Senador Carvalho Pinto estaria equivocado quando, baseado em estudo de G.S. Sahota, repetia que “o gráfico mostra como as classes de renda alta são em geral subtributadas”, ressaltando que “as alterações sofridas pelo sistema tributário após 1964 não autorizam a pensar que tenham ocorrido mudanças substanciais, pelo menos no que se refere ao aspecto da equidade da carga tributária”? Que providências tomou o Governo para por termo à política de desacertos da “famigerada SUNAB”, denunciados pelo honrado Senador Flávio

Britto? Quantas unidades residenciais construídas pelo Banco Nacional da Habitação foram devolvidas, retomadas ou permanecem desocupadas em todo o território nacional. E há ações em curso para despejar promitentes compradores? Quantas?

A Minoria não tem meios de obter informações do Governo, nem de constituir comissões de inquérito. Sem conhecer as razões, assiste, por exemplo, às demissões dos superintendentes da SUDAM, SUDECO e SUFRAMA. Os oradores destacados pela Maioria poderiam esclarecer essas e outras dúvidas, que não são apenas da Minoria, mas de toda a Nação brasileira."

Interrompendo, na véspera, ao ilustrado Senador Arnon de Mello, que declarou não desejar apartes, o eminente líder do Governo declinará os nomes de oito de nossos mais credenciados colegas que ocupariam esta tribuna para focalizar a ação governamental, em seus vários setores.

Antecipei algumas das dúvidas que a Oposição desejaria ver respondidas pelos oradores designados, evitando que continuassem no ar muitas das indagações que, ao assumir a liderança, aqui formulei a 1.º de abril de 1971. E a elas ajuntei outras, que recolhi no órgão oficial, tendo o cuidado de jamais referir dos insígnias colegas palavra que não haja sido proferida nesta tribuna, e conseqüentemente caído no domínio público. Meu questionário pode ser acusado de incompleto, não de excessivo. Nele não incluí, por exemplo, qualquer pergunta sobre os verdadeiros motivos da exoneração do ex-titular da Pasta da Saúde, aqui tantas vezes exaltado como uma das peças mais eficientes da máquina revolucionária. E ainda agora, Sr. Presidente, aquele rol não incorporo nenhuma inquirição sobre o que há de verdade nessa ruidosa derubada que, no Ministério do Trabalho, apenas não alcança a figura respeitável e digna do Ministro Júlio Barata.

Não aceito, assim, as objurgatórias contra a nota oficial que emiti, e que ora incorporo a esta oração.

A chamada "Operação Antiimpacto" não é uma "ação entre amigos", nem se restringe necessariamente às casas legislativas. Nossa preocupação, nosso interesse, nosso dever são que essas dúvidas e essas apreensões cheguem, pelos meios possíveis, ao homem do povo, a quem presentemente se nega o direito de julgar, pelo voto direto e secreto, a todos os supremos dirigentes federais e estaduais, quando não se lhe recusa também a possibilidade de escolher os que vão dirigir as capitais e os sempre mais numerosos municípios incluídos nas áreas de segurança e estâncias mineiras. Porque é todo o povo o convo-

cado, pelas fanfarras oficiais, para o lançamento dos impactos palacianos, é a ele que a Minoria se dirige, das tribunas que lhe restam.

O Senador Clodomir Milet, com a fidalguia que o caracteriza, ocupou esta tribuna, para, dando a primeira resposta ao incômodo questionário, informar que não houve nenhuma epidemia, que ninguém morreu na Transamazônica, antes que o atual Ministro da Saúde para lá voltasse suas vistas. Convenço-me, Sr. Presidente, que Deus é brasileiro, e parece que foi lá — na Amazônia e não na Bahia, como diz a canção — que Cristo nasceu. Em seu discurso de 5 de setembro, o ilustre representante maranhense, que Deus permita não seja alcançado em 1974 pelo alfange da revolução que tão ardorosamente defende, e continue a honrar-nos com seus conselhos e ensinamentos, o ilustre representante maranhense, repito afirmou: —

— "Mas o que quero deixar bem claro é que quando regresséi da Amazônia no ano passado, tive a oportunidade de me referir à grande obra que ali já se estava realizando, dizendo que me havia causado estranheza a falta do Ministério da Saúde na região."

É ainda o Senador Milet quem recorda: —

— "O Ministério da Saúde, através do seu delegado federal do Estado do Pará, pretendeu responder-me àqueles ligeiros reparos que haviam sido feitos no discurso que aqui proferi, enumerando as obras que o Ministério teria realizado ou estaria fazendo na Transamazônica."

Confesso que estas declarações não me satisfizeram, nem ao Governo, por isso que recentemente tivemos a oportunidade de ler, nesta Casa, e figura nos Anais, declarações do Sr. Ministro da Saúde, dando conta de medidas que estavam sendo adotadas visando ao saneamento da região, medidas de ordem geral, referentes à própria região, como as providências quanto aos que buscavam a região amazônica para ali se estabelecerem. E tanto era grande o empenho do Governo no particular que foi criada a Secretaria de Saúde da Amazônia.

Minha pergunta não se dirigia ao presente, mas aos primórdios da abertura da Transamazônica, quando ao honrado Senador Milet causara "estranheza a falta do Ministério da Saúde na região".

Quero fazer minhas, ainda uma vez, as palavras do duto representante do Maranhão, a 5 do corrente:

"Entendia eu, Sr. Presidente, que o Ministério da Saúde devia estar presente quando se iniciavam os

projetos de colonização e de povoamento da Amazônia, logo depois de iniciados os trabalhos da construção da "Transamazônica".

Em todo o trecho do território nacional, onde se constata abandono sanitário, há mortes, há epidemias. Por isso indaguei se, na Amazônia, isso acontecera, durante o período em que o Senador Milet, ao visitar os trabalhos da Transamazônica, estranhou a falta do Ministério da Saúde.

Estou satisfeito, Sr. Presidente, porque o "milagre brasileiro" impediu que, na região antes abandonada à própria sorte, grassasse alguma epidemia, alguém houvesse morrido.

O intrépido Senador Benedito Ferreira, em aparte, resalvou que o Sr. Ministro dos Transportes ocupara o ano passado a tribuna da Câmara, para explicar o caso da ponte Rio-Niterói. Mas a Oposição, desde 1.º de abril de 1971, fez a indagação, que ora repete, e o nobre Senador goiano, talvez por desapeço a quem a formulou, não encontrou vagares para descobrir, na longa oração ministerial, resposta a essas interrogações:

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.ª me concede uma ligeira interrupção?

O SR. NELSON CARNEIRO — Primeiro, farei as interrogações, depois concederei o aparte a V. Ex.ª

— A quem se deve atribuir o desastre da famosa Ponte? E quanto ela afinal custará, quando concluída? Mais ou menos do que antes? Quanto?

Com muita honra, nobre Senador Benedito Ferreira, ouvirei o aparte de V. Ex.ª

O Sr. Benedito Ferreira — Ao aludir ao fato, não houve, de minha parte, nenhum propósito de desapeço à Oposição, mesmo porque V. Ex.ª sabe muito bem a estima pessoal que me liga a V. Ex.ª

O SR. NELSON CARNEIRO — É uma estima fraternal.

O Sr. Benedito Ferreira — Obrigado a V. Ex.ª Mas, nobre Senador Nelson Carneiro, eu quis dar demonstração da minha compreensão para o fato de V. Ex.ª vir, através dos jornais, em nome da Oposição, em nome do MDB, fazer interpeção a respeito da ponte Rio-Niterói, vez que o nobre partido da Oposição renunciou à oportunidade maior e melhor — e estou repetindo o que já foi dito, em aparte, ao nobre Senador Clodomir Milet — quando, lá na Câmara dos Deputados, compareceu o Sr. Ministro dos Transportes, sobraçando volumes e mais volumes de documentos, dados e informações, para dar conhecimento à nobre Oposição e, porque não dizer, à opinião pública nacional, como tinha sido requerido pelo MDB. E, no entanto, o que aconteceu? Nenhum dos Parlamentares do MDB quis fazer interpeções ao Ministro. Dai eu di-

zer que compreendia V. Ex.^a deixasse de fazer interpelações através da tribuna para fazê-lo através da imprensa. Já que a oportunidade maior tinha sido renunciada por V. Ex.^{as} era esta a observação que eu queria fazer.

O SR. NELSON CARNEIRO — Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. VASCONCELOS TORRES — Pediria que V. Ex.^a me concedesse um aparte, nobre Senador Nelson Carneiro. V. Ex.^a falou em ponte Rio-Niterói, e me sinto no dever de dizer alguma coisa.

O SR. NELSON CARNEIRO — Um momento. Deixe-me, primeiro, responder ao nobre Senador Benedito Ferreira, a quem sou muito grato pela intervenção.

Sr. Presidente, realmente a Oposição, não interrogando o Ministro Mário Andreazza, quis lavrar na Câmara dos Deputados um protesto contra as dificuldades criadas à constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito que, esta sim, investigaria profundamente as causas daquele desastre.

Antes de dar o aparte ao nobre Senador Vasconcelos Torres, vou continuar a leitura, porque darei mais uma oportunidade ao nobre Senador Benedito Ferreira. S. Ex.^a leu todo o trabalho do Ministro Andreazza. Recordar-se dos volumes que S. Ex.^a levou. Mas nós não queremos isto. A Oposição é mais modesta, contenta-se apenas com que S. Ex.^a, nesse amontoado de documentos, pince as respostas às perguntas que aqui formulou.

Continuando, digo: S. Ex.^a é um dos oradores escolhidos pela douta Liderança da Maioria para ocupar a atenção desta Casa. Muito grato ficaria se o ilustre Senador goiano se encarregasse também de dissipar essas dúvidas da Oposição, a qual já o disse — “como o pobre, vive de teimosa”.

Com muita honra, ouço o Senador Vasconcelos Torres.

O Sr. Vasconcelos Torres — Senador Nelson Carneiro, quanto ao problema da Ponte Rio-Niterói, quando V. Ex.^a brande a corda da sua pergunta sobre o desastre, parece-me, data venia, que faz apenas um pouco de sensacionalismo, porque a matéria revivida por V. Ex.^a já foi suficientemente esclarecida não só pelo Ministro dos Transportes, como também pelo inquérito mandado proceder pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Aliás, ali perdeu a vida um engenheiro residente no meu Estado, o Engenheiro Nilson Viana. O fato ocorreu como de ordinário acontece em todas as grandes construções do mundo. Sabe V. Ex.^a, por certo, que o número de acidentes previstos era bem maior. Não há obra gigantesca sem que haja ponderável margem de risco de vida. Calculava-se que no

transcurso da obra várias vidas teriam de ser sacrificadas. Veja V. Ex.^a o que ocorreu na ponte sobre o Rio Tejo; na ponte da Baía de Sidney; nas pontes que existem nos Estados Unidos. São acidentes e mais acidentes. Tenho a impressão de que o conjunto de indagações de V. Ex.^a talvez não tenha feito justiça à inteligência do inquiridor. Porque, voltando ao assunto, aliás já suficientemente esclarecido, foi como que uma espécie de mala que precisava ser cheia de qualquer maneira. E daí, a série de perguntas e indagações que no meu modo de entender, com todo o respeito, não tem qualquer razão de ser. O assunto já foi esclarecido. A ponte é famosa, sim, porque muita gente não acreditava nela. E quem passa pela Guanabara, quem vai ao Estado do Rio, já vê perfeitamente os pilares assentados. E na área do Rio de Janeiro e em Niterói, parece-me que cerca de 60% dos pilares das rampas já estão construídos. Aliás, a ponte Rio-Niterói, Senador Nelson Carneiro, hoje, já tem um nome: Ponte Presidente Costa e Silva. Tenho a honra de ter sido o autor do projeto, transformado em lei, em homenagem àquele que justamente se empenhou a fundo, para que a ponte pudesse ser construída. E continua sendo construída pelo seu sucessor, Presidente Garrastazu Médici.

O SR. NELSON CARNEIRO — Eu havia solicitado ao nobre Senador Benedito Ferreira que respondesse às indagações. Mas, como o Senador Vasconcelos Torres reivindica a qualidade de cidadão fluminense, portanto interessado diretamente na construção da ponte, eu pediria que S. Ex.^a anotasse essas perguntas que a Minoria formula, com as quais S. Ex.^a, com esse vasto cabedal de informações, poderá trazer alguns dados.

O Sr. Eurico Rezende — Honra-me V. Ex.^a com outro aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — V. Ex.^a sabe que não posso usar as flores com que V. Ex.^a engrinalda os seus apartes, mas eles sempre me encantam.

O Sr. Eurico Rezende — Devo salientar que V. Ex.^a é titular de fascinante periculosidade no Plenário, pela maneira como sofisma e procura tecer os enredos. Vejo no discurso de V. Ex.^a uma desculpa, quando disse que a Oposição não interpelou o eminente Ministro Mário David Andreazza, porque com esse silêncio, com essa omissão, desejou registrar um protesto, uma vez que a Câmara dos Deputados não quis constituir uma comissão parlamentar de inquérito para apurar a causa daquele insucesso setorial que houve na construção da “Obra do Século”. Mas não foi isso, Excelência. A Oposição, tenho a impressão, não gosta da presença de Ministros de Estado no Congresso Nacional, tanto assim que está lutando, bravamente,

para que não seja aprovado o projeto, de origem parlamentar, que disciplina e, mais do que isso, assegura sua vida. Realmente, com esse acervo todo de conquistas, de realizações, é muito incômodo à Oposição dar oportunidade aos Ministros de Estado, assim numa intervenção presencial, de responder. O que eu quero dizer a V. Ex.^a é que o Congresso Nacional, pelo menos no passado, não estava preparado para fazer comissões parlamentares de inquérito.

Pelo menos às que assisti eram palco de exploração política e colocavam, no pelourinho da opinião pública, injustamente, reputações muitas vezes ilibadas. Estive presente a uma delas que me encandalizou. Uma testemunha era ouvida.

O SR. NELSON CARNEIRO — A Presidência está advertindo-me.

O Sr. Eurico Rezende — Permita-me V. Ex.^a que conclua o aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pois não! Estou ouvindo V. Ex.^a com o maior apreço. A Presidência é que, de vez em quando, está usando aquela luzinha vermelha...

O Sr. Eurico Rezende — Fique V. Ex.^a tranqüilo: o Presidente é do Espírito Santo e, por isso mesmo, tolerante e liberal. Prossigo no meu aparte. Uma testemunha era ouvida. Acusavam um homem público. No dia seguinte, toda a imprensa divulgava. Já os inquéritos feitos no Executivo obedecem àquela discriminação necessária que permite não se acusar alguém senão depois de feita a indicação no inquérito administrativo. Não conheço — estou aqui desde 1963 — um inquérito cuja apuração, algumas horas depois não fosse do conhecimento da opinião pública. Estabelecia-se, no Congresso Nacional, um mercado de suspeição, com relação aos nossos homens públicos. Quanto à Ponte Rio-Niterói, todas as investigações se fizeram. V. Ex.^a sabe, e o eminente Senador Vasconcelos Torres explicou muito bem: foi um desastre comum cujos exemplos se multiplicam no passado, acontecem no presente e ocorrerão no futuro em todo o mundo, quando se trata de obras dessa natureza, cercadas de todos os riscos, como também o MDB não tem evitado — não por culpa sua, mas do povo — certos desastres eleitorais que a estatística de composição do Congresso Nacional revela de ano para ano. Não é culpa do MDB, esse massacre eleitoral provocado pelo povo. São fatores realmente incontroláveis e que V. Ex.^a, na cumeada da sua isenção e da sua imparcialidade, deve examinar, não com o calor do passionismo, mas com aquele estudo amadurecido, no sentido de que — isto é uma verdade — foi uma beleza a Constituição Federal ter estabelecido a contenção em matéria de inquéritos parlamentares, porque se não hoje estaríamos amargando aqui

a grande dor — eu, V. Ex.^a e toda a Casa — de vermos aí atacados, injustamente, durante meses a fio, até a decisão final, homens públicos de conduta a toda prova.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, o nobre Senador Eurico Rezende insurge-se contra uma das mais democráticas instituições parlamentares do mundo, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Eurico Rezende — Contra o abuso, Excelência; eu citei fatos!

O SR. NELSON CARNEIRO — S. Ex.^a não conhece nenhuma Comissão que tivesse resultados proveitosos. Tive a honra, como Deputado, de presidir a quatro dessas Comissões, duas delas sobre o petróleo. Na primeira, foram inquiridos, entre outros, o General Idílio Sardenberg, que era o Presidente da PETROBRAS, e o atual Presidente dessa Companhia, o General Ernesto Geisel. A primeira Comissão Parlamentar de Inquérito concluiu com seu parecer que foi aprovado; a segunda, sobre petróleo, teve também minha Presidência e seus resultados foram aprovados. Posteriormente, coube-me presidir outra sobre a Comissão do Vale do Rio São Francisco e suas conclusões foram aprovadas pelo Plenário. Só não concluímos duas: uma, que me cabia presidir, a dos índios, porque, com a vigência do Ato Institucional n.º 1, não era possível investigar a vida dos silvícolas em Brasília e a Constituição proibia que os membros da Comissão de Inquérito se transferissem para os lugares onde se encontravam os indígenas; e, finalmente, a última Comissão, Sr. Presidente, esta uma vitória da UDN; foi constituída pela UDN e eu a integrei, Senador Eurico Rezende, o de que muito me orgulho. Ainda outro dia, li nos jornais que, ao se falar no Presidente de todos os brasileiros, o nobre Senador Ruy Santos lembrava que, naquele tempo, eu defendia a candidatura Eduardo Gomes.

O Sr. Ruy Santos — Eu, não, nobre Senador!

O SR. NELSON CARNEIRO — Aqui se alegou isto. Sr. Presidente, este é um dos títulos da minha carreira política. Defendi duas vezes a candidatura Eduardo Gomes, quando ele era Oposição e se insurgia contra os poderes ditatoriais, procurando restaurar a vida democrática no País. Continuo fiel a este princípio, defendendo as mesmas teses. Mas quero concluir minha resposta ao nobre Senador Eurico Rezende. A quarta Comissão foi constituída às vésperas da dissolução do Congresso, por iniciativa da UDN, para se investigar as pressões que se faziam contra ele. Fui membro dessa Comissão, que se dissolveu com a vitória do movimento de 1964, porque aí já não era preciso investigar: as pressões existiam claras, cristalinas a todos os olhos. De modo que as Comissões de Inquérito, no Brasil, nem

sempre tiveram aquele cunho desastroso e reprovável a que se refere o Senador...

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a argumenta com exceções.

O SR. NELSON CARNEIRO — Argumento com as cinco de que participei e nenhuma delas teve esse caráter. V. Ex.^a se refere a uma ou duas.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.^a me concede um aparte? Só desejo ajudar!

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, são tantos os Cirineus que me querem ajudar, que não sei com quem partilhar a cruz deste discurso.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.^a quer, naturalmente, a verdade.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, o mais inquieto dos Cirineus é o Senador Benedito Ferreira e V. Ex.^a me permita que lhe conceda o aparte.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Nelson Carneiro, sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, eu só gostaria de lembrar uma que foi um desastre nacional. Essa, quero crer, bastaria para que fosse inserida na Constituição essa limitação. Lembro a V. Ex.^a a triste e malfadada Comissão Parlamentar de Inquérito sobre aftosa no rebanho nacional. A repercussão no Exterior, é preciso que se crie um adjetivo próprio para qualificá-la. Tantos anos vêm lutando os produtores brasileiros para conseguir preços compatíveis para os nossos rebanhos no mercado externo e graças, única e exclusivamente, a essa malfadada Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a aftosa houve o retraimento desse mercado. Quanto à ponte Rio—Niterói, se assim entender a minha Liderança, se assim entender o meu Líder Filinto Müller, e quero crer que esse é o entendimento de S. Ex.^a porque ele quer que seja esclarecida a verdade plena, V. Ex.^a terá as respostas, até mesmo do óbvio, quanto a esse desastre: V. Ex.^a não tenha dúvida, embora o MDB renunciasse — e eu enfatizo — renunciasse, naquela oportunidade, ao direito de fazer essas indagações que ora vem fazer. Mas aqui estamos para isso para debater, esclarecer a opinião pública, o contribuinte nacional que tem dado o seu esforço para o desenvolvimento deste País, a exemplo daquilo que se está fazendo na Guanabara, que é a construção daquela maravilhosa ponte que tanto está incomodando V. Ex.^a Em respeito a V. Ex.^a, em respeito ao contribuinte nacional, daremos oportunamente os esclarecimentos reclamados sobre a ponte Rio—Niterói.

O SR. NELSON CARNEIRO — Quería apenas dizer que essa não é a primeira vez, como eu afirmava. No dia 1.º de abril de 1971, no discurso inaugural com que assumi a Liderança da Minoria, entre as perguntas

que enviei ao Governo figura esta: a quem deve ser imputada a responsabilidade pelo fragoroso desastre da ponte Rio—Niterói. Agora, apenas aumento, Sr. Presidente: quase dois anos depois já é possível saber quanto afinal custará esta ponte; mais ou menos do que antes? quanto? São perguntas que interessam ao povo.

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pela ordem, ao Senador Ruy Santos. Não é pela circunstância de ser baiano o Senador Ruy Santos que lhe dou a preferência.

O Sr. José Lindoso — Há grandes títulos para merecer a preferência, inclusive o de baiano.

O SR. NELSON CARNEIRO — E V. Ex.^a sabe da minha admiração pelo Estado do Amazonas.

O Sr. Vasconcelos Torres — Senador Nelson Carneiro, por mais cara que seja a ponte, ela automaticamente se pagará. É um empreendimento autofinanciável. O preço será sempre barato porque o Governo aceitou o desafio de séculos e está realizando uma obra extraordinária de ligação entre dois centros urbanos e que, V. Ex.^a sabe, de grande importância econômica, não falando da importância turística.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, com esses argumentos não é possível criticar nenhuma obra do País, nem no passado nem no futuro!...

O Sr. Ruy Santos — Não é somente uma ligação entre dois centros urbanos, mas a ligação entre Rio e Norte e Nordeste, pelo litoral, que aproxima, que encurta muito as distâncias. Conheço os estudos e, realmente, depois de algum tempo, a própria Ponte se financia. Mas a propósito das Comissões Parlamentares de Inquérito, ninguém contesta o seu valor. V. Ex.^a encontra no nosso eminente conterrâneo o Professor Nelson Sampaio, uma crítica ao abuso das Comissões de Inquérito no Brasil. O Senador Franco Montoro disse há pouco que V. Ex.^a citou quatro ou cinco, que se desincumbiram de suas missões e tiveram suas conclusões aprovadas e não foi citada nenhuma das que não o tiveram. Quero citar um exemplo ao Senador Franco Montoro: quando a UDN propôs aquela Comissão de Inquérito sobre a tentativa de seqüestro do Governador Carlos Lacerda, a Comissão foi constituída e morreu no parecer, inicial do eminente Deputado Murillo Costa Rego. E nesse tempo, com o apreço que merece o Senador Franco Montoro, S. Ex.^a integrava a ilustre Bancada do Governo.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex.^a está enganado!

O Sr. Ruy Santos — Não, absolutamente!

O Sr. Franco Montoro — V. Ex.^a faz uma afirmação inteiramente falsa.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a fazia parte da Bancada do Governo, pertencia ao Partido Democrata Cristão. Eu era da Câmara, nobre Colega, como V. Ex.^a V. Ex.^a naquela época integrava a Bancada do Governo.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex.^a vai-me permitir?

O SR. NELSON CARNEIRO Com muita honra.

O Sr. Franco Montoro — O nobre Senador Ruy Santos, não sei porque, quis brindar-me com uma referência de presença no Governo. Poderia pertencer ao Governo...

O Sr. Ruy Santos — Poderia, não! Pertenceu!

O Sr. Franco Montoro — Poderia e não haveria mal nenhum nisso.

O Sr. Ruy Santos — Haveria mal e pertenceu.

O Sr. Franco Montoro — Mantenho exatamente o que disse: poderia e não haveria nenhum mal; mas não pertencia. A única ocasião em que pertenci ao Governo foi quando se deu a união nacional de todos os partidos, desde a União Democrática Nacional até ao Partido Trabalhista Brasileiro, no primeiro Governo Parlamentarista. Se há opositorista nesta Casa, o mais pertinaz deles sou eu porque sempre pertenci à Oposição. A única ocasião em que pertenci a uma Bancada do Governo foi quando houve a união nacional. Está portanto, errado o nobre Senador Ruy Santos, e a retificação consta do discurso.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha).

O SR. NELSON CARNEIRO — Quero, retificado este ponto, dar o aparte que me pede o nobre Senador José Lindoso, com a velha admiração de sempre.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a, realmente, me dá oportunidade de voltar ao debate depois desse retrospecto de posições políticas na história do Parlamento. Serei breve. Quando ouvi o nobre Senador Benedito Ferreira dizer a V. Ex.^a que se propunha a ajudá-lo, eu me pus em dúvida: como um companheiro da Situação vai-nos socorrer, na circunstância em que estamos, com um dos gigantes da Oposição atacando realmente a nossa linha de combate, a nossa linha de trabalho? Mas, na sua generosidade imensa, estou convencido de que ele quer servir a V. Ex.^a, quer ajudar V. Ex.^a no alto propósito também de ajudar o Brasil e a verdade. Considero, nobre Senador, encerrado o assunto ponte Rio—Niterói. V. Ex.^{as}, do MDB, recusaram-se a investigar, dentro de uma linha de serenidade e de seriedade, o problema quando se negaram a interpelar o Sr. Ministro Mário Andreazza, que espontanea-

mente compareceu à Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos os mais amplos, os mais completos à nobre Oposição e ao Congresso Nacional. V. Ex.^{as} queriam sim, naquela época, levantar uma ceulema, "faturar" politicamente...

O Sr. Eurico Rezende — Apolado!

O Sr. José Lindoso — ... e não se esclarecerem nos devidos limites da situação, de um insucesso de natureza técnica.

O Sr. Eurico Rezende — Muito bem!

O Sr. José Lindoso — E não é o primeiro fracasso em empreendimento dessa natureza, como muito bem referiu o nobre Senador do Estado do Rio; que pode ocorrer mesmo nos setores onde há requinte e maior preocupação de aprimoramento técnico, como acontece na NASA quando está construindo seus foguetes interplanetários. V. Ex.^a está na sua técnica de transferir à situação o ônus da prova que caberia a V. Ex.^a, que deseja os esclarecimentos. Busque-os nos volumes que o Ministério dos Transportes apresentou à Câmara para satisfazer à saciedade da nobre Oposição. V. Ex.^a se socorre do nobre Senador Benedito Ferreira, e ele trará a V. Ex.^a os esclarecimentos, num bis — porque o assunto está encerrado. A opinião pública aplaude conscientemente o problema da ponte Rio—Niterói e sabe que o Governo, ocorrido o insucesso, laborou para corrigi-lo dentro dos seus propósitos de seriedade que marcam o próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — (Fazendo soar a campanha.) A Presidência lembra ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. NELSON CARNEIRO — Contando com aquela tolerância espiro-santense, prosseguirei por alguns instantes.

Sr. Presidente, não estou contra a ponte Rio—Niterói. Eu seria o último dos homens que vivem no Rio de Janeiro a desconhecer as vantagens dessa ponte. Apenas não encontrei, nos grossos volumes — e foram muitas as indagações —, ...

O Sr. José Lindoso — Houve a recusa da perquirição.

O SR. NELSON CARNEIRO — ... respostas tão simples que resolveriam tudo.

Aproveito para esclarecer também um aparte do nobre Senador Eurico Rezende que ficou sem resposta: a Oposição não é contra a presença dos Ministros no plenário. Se V. Ex.^{as} relessem hoje o trabalho que tive a honra de realizar com o saudoso Ministro Milton Campos, que tanto exalçou a vida pública neste País (Muito bem!), veriam que ali se dizia o seguinte: o que se deve é permitir a presença dos Ministros, mas não com as formalidades que hoje

caracterizam a presença deles, em que chegam e falam 2, 3, 4 e 5 horas. Quando se chega às seis horas da tarde, quando já o Plenário está cansado de ouvir o relatório, faz-se aquela solenidade, para que o Ministro responda às inquirições.

Neste trabalho, Sr. Presidente, uma das conclusões é que os Ministros deveriam comparecer ao Congresso como fazem os Ministros na Inglaterra: são perguntas e respostas dadas como se fosse um Senador que respondesse a um aparte.

O Sr. Ruy Santos — Mas lá o regime é parlamentar.

O SR. NELSON CARNEIRO — Esta, a sugestão, Sr. Presidente. O que não queremos é a solenidade de o Ministro vir dar um show no Senado ou na Câmara dos Deputados. Isto o MDB não pode aplaudir.

O Sr. Eurico Rezende — O Ministro Roberto Campos quase foi agredido na Câmara dos Deputados, porque não havia essa solenidade regimental.

O SR. NELSON CARNEIRO — Continuando, Sr. Presidente. Com o bom humor que graças a Deus não o abandona, o vigilante Senador Ruy Santos lembra-me o texto do art. 30, parágrafo único, letra d, da Emenda Constitucional n.º 1. Ainda bem que o faz, para quebrar a monotonia que marca minhas desalinhavadas intervenções. O texto existe: o que não existe é a atenção ministerial. Tenho em mãos nada menos de 29 pedidos de informações, formulados através da Mesa da Câmara dos Deputados, 24 dos quais por ilustres membros da Bancada oposicionista, e que até hoje não lograram resposta. O Regimento Interno do Senado manda arquivar o requerimento de informações que, depois de 60 dias, não merece a consideração do Executivo.

Para que expor o Senado aos mesmos vexames de que padece a Câmara dos Deputados?

Diz-se-á que apenas imagino, já que não apresentei qualquer pedido ao Executivo. Experimento-o hoje, Sr. Presidente, através do requerimento que, por intermédio da Mesa, endereço ao Sr. Presidente da República, a fim de que o Sr. Ministro da Fazenda informe o seguinte:

- a) a quanto monta a dívida externa do País;
- b) quais os credores;
- c) quais as comissões pagas;
- d) quais os juros ajustados;
- e) quais as datas de vencimentos dos referidos débitos;
- f) quais os fins a que se destinaram ditos empréstimos.

Faço-o pertinentemente, não só no exercício da função fiscalizadora referida no art. 45 da Carta Constitucional, como por estar em curso no Congresso a Proposta Orçamentária.

A Minoria agradece os cuidados da Maioria com os rumos de suas atividades. Muito obrigado, Srs. Senadores. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — José Esteves — Cattete Pinheiro — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Paulo Guerra — Wilson Campos — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Antônio Fernandes — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Danton Jobim — José Augusto — Osires Teixeira — Accioly Filho — Leonor Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, indicação que vai ser lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte:

Sr. Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que a liderança do MDB indica os nobres Senadores Benjamin Farah, Adalberto Sena e Rui Carneiro, a fim de que V. Ex.^a designe aquele colega que deve integrar a Delegação brasileira à 60.ª Conferência da União Interparlamentar, a realizar-se em Roma, em setembro corrente.

Ocorre, ainda, que a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar distinguiu, como um de seus delegados, o ilustre Senador Danton Jobim.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1972. — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — De acordo com o expediente que acaba de ser lido, esta Presidência designa o nobre Senador Benjamin Farah para integrar a Delegação brasileira à XL Conferência da União Interparlamentar, devendo integrá-la ainda o nobre Senador Danton Jobim, indicado pela Comissão Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.º 100, de 1972

Consigna, nos Anais do Senado, voto de congratulações ao General Antônio Jorge Corrêa, Presidente da Comissão que programou e coordenou as festividades comemorativas do Sesquicentário da Independência do Brasil.

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requeiro seja consignado nos Anais um voto de congratulações ao General Antônio Jorge Corrêa, Presidente da Comissão que programou e coordenou as festividades comemorativas do Sesqui-

centário da Independência do Brasil, pelo brilho e extraordinário êxito alcançado por essas comemorações.

Na História está a força moral dos povos e é vivendo-a, na experiência direta dos grandes episódios ou no realismo épico das comemorações bem planejadas, que as nações se reencantam e atingem a plena consciência do que são e do que *querem*, no espaço e no tempo.

As comemorações do Sesquicentário da Independência proporcionaram ao povo brasileiro, justamente, esse contato ao vivo, tão necessário, com a sua verdade e com a sua vocação nacional.

O Brasil consolidou ainda mais, na sequência de atos cívicos de que todos os brasileiros participaram, sua unidade e sua força.

E o competente e modesto artífice desse trabalho magnífico foi o ilustre militar a que me referi, credor, por isso mesmo, da admiração e da gratidão de todos nós brasileiros.

Vamos, assim, tributar ao eminente patricio, sem demora, a pequena e singela homenagem deste voto de congratulações.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — O requerimento lido irá à publicação e, em seguida, à Comissão competente.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidas as seguintes:

Em 12 de setembro de 1972

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 16 do corrente, a fim de participar da 60.ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Roma nos dias 21 a 28 de setembro em curso.

Atenciosas saudações. — Benjamin Farah.

Em 12 de setembro de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 18 do corrente, a fim de participar da Assembléia-Geral da União Interparlamentar, a realizar-se em Roma nos dias 21 a 28 de setembro em curso.

Atenciosas saudações. — Danton Jobim.

Em 12 de setembro de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 18 do corrente, a fim de participar da Assembléia-Geral da União Interparlamentar, a realizar-se em Roma nos dias 21 a 28 de setembro em curso.

Atenciosas saudações. — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — A Presidência recebeu do Governador do Estado de São Paulo os seguintes Ofícios:

— N.º 3/30, de 1972 (n.º 366/72-CG, na origem), solicitando autorização do Senado Federal para contratar empréstimo externo no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), destinado a pagamento de gastos locais relativos à construção da Rodovia dos Imigrantes;

— N.º S/31, de 1972 (n.º 367/72-CG, na origem), solicitando autorização do Senado Federal para contratar empréstimo externo no valor de US\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de dólares), destinado a pagamento de gastos locais relativos à construção de acesso ferroviário à Refinaria de Paulínia e conclusão das variantes Bauru—Garça, Guedes—Mato Seco e Santa Gertrudes—Itirapina; e

— N.º S/32, de 1972 (n.º 368/72-CG, na origem), solicitando autorização do Senado Federal para contratar, através da FEPASA — Ferrovia Paulista S.A., empréstimo externo no valor de US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares), destinado a pagamento de gastos locais relativos à construção da Variante Entroncamento—Amoroso Costa, com aval do Tesouro Nacional.

As matérias serão despachadas às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Esgotada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 95, de 1972, de autoria do Sr. Senador Paulo Torres, solicitando transcrição, nos Anais do Senado Federal, da "Ordem do Dia" baixada, no Dia do Soldado, pelo Exmo. Sr. General Orlando Geisel, Ministro do Exército, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 304, de 1972, — da Comissão Diretora.

Em votação. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento; será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 2:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 3, de 1972, de autoria do Sr. Senador José Lindoso, que dispensa os empregados inscritos em curso do MOBRAL da obrigatoriedade de trabalhar fora do limite normal de sua jornada, e determina outras providências, tendo PARECERES, sob n.ºs 288, 289 e 290, de 1972, das Comissões — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com Emendas que apresenta de n.ºs 1 e 2-CCJ; — de Legislação Social, favorável ao Projeto e às emendas da Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas que apresenta de n.ºs 1 e 2-CLS e — de Educação e Cultura, favorável.

Sobre a mesa emendas que vão ser lidas pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidas as seguintes

EMENDA N.º 1

Ao Projeto de Lei do Senado n.º 3/72

Dê-se ao artigo 3.º a seguinte redação:

"Art. 3.º A professora ou o responsável pelo MOBRAL informará, por escrito, ao respectivo empregador, o horário e a duração do curso que frequenta seu empregado, quando do início do mesmo.

Parágrafo único. O não cumprimento deste artigo isenta de responsabilidade o empregador na apuração e avaliação quantitativa da multa prevista no artigo seguinte."

Justificação

Em primeiro lugar faz-se necessário que o MOBRAL faça, por escrito, à firma, a comunicação de que um empregado seu passou a frequentar um curso de alfabetização, a fim de que possa a fiscalização, ao receber qualquer ocorrência de que o empregador está dificultando o comparecimento do empregado ao citado curso, ter um documento hábil e expresso para a competente autuação.

Em segundo lugar, deve o empregador receber esta notificação escrita, no máximo até o início do curso do MOBRAL, para poder reformular o emprego da sua mão-de-obra produtiva, sabendo, para isso, o horário, duração e início do curso a ser frequentado pelo empregado.

Sem o cumprimento desses dois pré-requisitos não seria lícito ao Poder Público proceder a nenhuma averiguação e, muito menos, aplicar qualquer penalidade.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972. — Virgílio Távora.

EMENDA N.º 2

Ao Projeto de Lei do Senado n.º 3/72

Dê-se ao artigo 4.º a seguinte redação:

"Art. 4.º Comprovada a infração e lavrado o auto competente, fica o empregador sujeito a multa de um a cinco salários-mínimos regionais, vigentes no país, dobrada na reincidência."

Justificação

Visa a presente emenda suavizar a penalidade prevista no art. 4.º do projeto, que é de 10 salários-mínimos, chegando até 20 salários-mínimos na reincidência.

Acreditamos que o caráter coercitivo da multa não deve ser compreendido como auferição de receita por parte do órgão público; ela deve ser fixada mais num sentido de advertência.

A exacerbação no estabelecimento dos limites da multa pode levar as empresas (notadamente de pequeno e médio porte, que constituem a maioria no Brasil) a situação de insolvência, vindo a prejudicar não só os empregados, como a economia nacional.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972. — Virgílio Távora.

EMENDA N.º 3

Ao Projeto de Lei do Senado n.º 3/72

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. ... Todos os empregados analfabetos ficam obrigados a se inscrever em cursos de alfabetização, que lhes fornecerão comprovantes da referida inscrição em duas vias.

Parágrafo único. A segunda via do referido comprovante deverá ser entregue, mediante recibo, ao empregador, para ser incluída nas anotações do empregador."

Justificação

Uma das maiores metas do Governo brasileiro, que merece pleno e integral apoio de todos é certamente o da educação.

O que sempre desejou o legislador foi evitar quaisquer atritos entre empregado e empregador. Por esse motivo, a emenda ora apresentada, visando a obrigatoriedade de inscrição dos analfabetos, quando empregados, em cursos de alfabetização, é perfeitamente compreensível e compatível com os demais dispositivos, dando maior força ao texto da lei, ora projeto.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972. — Virgílio Távora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Discussão do projeto e das emendas, em primeiro turno.

O SR. LENOIR VARGAS — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Com a palavra o nobre Senador Lenoir Vargas, para discutir a matéria.

O SR. LENOIR VARGAS — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, apenas uma observação, com referência à Emenda n.º 2 da proposição. De há muito, creio que desde a vigência da Constituição de 1937, foi muito usada e adotada na elaboração legislativa a expressão, no final dos projetos de lei, ou melhor, dos decretos-leis da época: "Revogam-se as disposições em contrário."

Sempre me pareceu evidente que toda vez que uma lei ordinária é editada, as demais da mesma natureza ou aquelas de hierarquia inferior, estariam revogadas. Entretanto, o hábito manteve esta expressão.

O projeto do nobre Senador José Lindoso me havia justamente chamado a atenção, pela circunstância de parecer correto, por não ter colocado que se revogavam as disposições em contrário. É lógico que todas as disposições contrárias ao projeto, uma vez ele aprovado, estariam automaticamente revogadas.

Entendeu o nobre Relator, Senador Arnor de Mello, e com o apoio da nossa eminente Comissão de Justiça, que se deveria aprovar esta emenda, acrescentando-se um art. 7.º, com as expressões: "Revogam-se as disposições em contrário."

Desejo, Sr. Presidente, apenas registrar este fato. A douta Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República deve estar certa, mas não estou ainda convencido inteiramente de que seja indispensável colocar-se este artigo no projeto do nobre Senador.

É fato que existe dispositivo como o art. 6.º, que se repete em quase todos os projetos de lei: "A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação." Há porém motivação para ele, porque sendo omissa a data em que entrará em vigor a lei, princípios gerais de Direito regem o início da sua vigência, que não é o da sua publicação, e, sim, creio, alguns dias após.

Entretanto, esse "revogam-se as disposições em contrário" parece-me que deveria ser objeto de estudo acurado da nossa Comissão de Constituição e Justiça. Quem sabe se chegaria à conclusão de que, de uma vez por todas, se devesse eliminar da elaboração legislativa do País a expressão, pois, parece-me, é desnecessária.

Eram as considerações que desejava fazer, Sr. Presidente, em torno da proposição. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Continua em discussão a matéria.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Encerrada a discussão, a matéria volta às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Educação e Cultura, para se manifestarem sobre as emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamin Farah.

O SR. BENJAMIN FARAH — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, ocupo a tribuna para fazer um apelo.

Faço-me, hoje, porta-voz de uma classe que muito tem feito pelo nosso País. Trata-se dos ex-combatentes.

Ninguém ignora o heroísmo de nossos soldados nos campos de batalha. Por isso mesmo, nada mais justo do que reconhecer o direito deles a alguns benefícios, como recompensa do que deram de si na luta pelos nobres princípios democráticos.

Dentre os benefícios concedidos até agora aos ex-pracinhas constam aqueles da Lei n.º 5.698, de 31-8-71, que "dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da Previdência Social, e dá outras providências".

Esta lei, oriunda de projeto do Executivo, não recebeu, no entanto, até esta data, a sua regulamentação, a fim de que os órgãos de previdência, ou, mais precisamente, o INPS, possam aplicá-la.

Assim, embora haja um grande número de requerimentos de ex-combatentes solicitando os benefícios da lei, o INPS recusa-se a atender, alegando estar esperando a sua regulamentação.

Ora, Sr. Presidente, tem sido uma constante a aprovação pacífica, quase sem modificações na essência, neste Poder Legislativo, dos projetos enviados pelo Executivo. É de se esperar, então, que tanto trabalho não seja desperdiçado por alguns órgãos da Administração.

Nesta época em que tanto se proclama as benesses do planejamento, é justo que se almeje que um projeto enviado ao Congresso Nacional tenha, ao menos esboçada, a sua regulamentação. Aguarda-se, por igual que aprovada uma lei, o órgão por quem ela deva ser aplicada esteja atento e dinâmico, a fim de não haver solução de continuidade.

Sr. Presidente, o que desejamos os ex-combatentes é a regulamentação da Lei n.º 5.698, de 31-8-71, a fim de receberem os benefícios dela constantes, com a maior brevidade, uma vez

que, quanto mais demora esta regulamentação, mais avilta o benefício tão duramente conquistado.

Assim, apelo desta tribuna ao Sr. Ministro do Trabalho e ao Presidente do INPS que dêem urgência ao assunto, demonstrando, desse modo, estarem sensíveis aos problemas sociais deste País, fazendo justiça àqueles que deram o melhor dos seus esforços, até mesmo o sacrifício, em favor deste Povo e desta Nação. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Danton Jobim.

O SR. DANTON JOBIM — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, dias atrás, companheiros da Bancada emedebista, quer no Senado quer na Câmara dos Deputados, fizeram oportunos pronunciamentos sobre a passagem do Dia da Imprensa.

Ouviram-se, também, vozes autorizadas da Maioria no sentido de mostrar que o transcurso dessa data, para todos aqueles participantes da militância jornalístico do País, apresenta, sem a menor dúvida, especialíssima significação.

Na Câmara, ocuparam a tribuna o Líder em exercício da Minoridade, Deputado Jairo Brun; e o Deputado Daniel Faraco, que, embora respondendo ao nosso companheiro dentro das coordenadas de sua orientação política, também prestou as suas homenagens ao jornalismo brasileiro.

Não quero também esquecer aquele comunicado que foi expendido por alguns dos nossos mais valorosos correligionários, na Câmara, sobre o assunto: os Deputados Alencar Furtado, Alceu Colares, Fernando Lira e Freitas Nobre.

Quero aduzir, entretanto, algumas palavras sobre a matéria, uma vez que tenho por um ponto de honra marcar sempre a minha presença onde se exalte o papel da Imprensa Brasileira.

Sabemos todos que a escolha da data de 10 de setembro se deve ao aparecimento do primeiro jornal diário do Rio de Janeiro e do Brasil: a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Somente no fim da segunda década do século passado, começaram a multiplicar-se as folhas políticas, a maioria de vida efêmera. Mas algumas, apesar dessa efemeridade, exerceram funda influência nos acontecimentos que levaram o País à Independência. Naquela época remota, continuaram a aparecer, numa vida longa, agitada e fértil em contribuições à vida pública do País. Apenas o *Diário do Rio de Janeiro*, que durou de 1821 — ainda antes da separação de Portugal — a 1878, e o *Jornal do Comércio*,

surgido em 1827, integravam a dupla dos grandes jornais brasileiros.

Não esqueçamos também o *Diário de Pernambuco* que até os nossos dias continua a ser um dos mais importantes órgãos da imprensa pernambucana e, segundo alguns, o mais antigo diário da América Latina, disputando esse posto com o *Mercurio*, de Valparaíso, no Chile.

Mas que importância terá tido — é o caso de se perguntar — para a nossa evolução política e social, a ausência do jornalismo no Brasil, até o início do século passado?

É possível que algum historiador ou sociólogo de imaginação — como acontece com o nosso grande Gilberto Freyre — descubra, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, algo mais do que aquele papel de pouca significação que lhe atribuía um dos primeiros historiadores que escreveu sobre o nosso País, o inglês Robert Southey.

É verdade que se tratava de uma pequena folha, ultraconservadora nos moldes da *Gazeta de Lisboa*, redigida pelo famoso Frei Tibúrcio.

Por essa época, entretanto, existia já no Brasil um significativo movimento intelectual que era constituído por aqueles filhos de senhores de engenhos e fazendeiros, mandados estudar na Universidade de Coimbra ou na Academia de Marinha, de Lisboa, que era uma espécie de escola politécnica do tempo.

Esses bacharéis de Coimbra é que são responsáveis pela doutrina política que informou todo o movimento da nossa Independência, e grande parte de sua atuação se exerceu através da Imprensa, através dessas folhas que, hoje, nas bibliotecas oficiais, ainda resistem ao tempo, amareladas pelos anos e de certo modo já semi-arruinadas pelo intenso manuseio dos pesquisadores.

O movimento emancipador do Brasil ganhara forças através dessa aliança entre a aristocracia rural e a burguesia nascente nos portos do País. Eram esses representantes da pequena elite comercial das cidades que, unindo-se aos fazendeiros e aos senhores de engenho, impulsionavam e financiavam o movimento.

Era compreensível isso porque, a certa altura, a aristocracia agrária, que se constituía num suporte valioso da monarquia portuguesa no Brasil, começou a perceber que deveria apoiar o movimento desses comerciantes no sentido de que se fizesse a independência.

O que isto representava sobretudo, para ela, era a perspectiva da abertura dos portos, a quebra do monopólio comercial da Metrópole, a possibilidade de exportar os seus produtos para todos os países do mundo, sem a interferência ruína do entreposto português.

Não havia, evidentemente, partidos políticos, mas havia nas cidades maiores do Reino do Brasil unido ao de Portugal, sobretudo no Rio de Janeiro, muito atuante, a maçonaria. A maçonaria, como vanguarda dos ideais liberais, havia sido trazida para cá por aqueles que nós denominaremos, de modo um tanto genérico, é verdade, "bacharéis de Coimbra". Foram esses bacharéis que representaram os primórdios de uma cultura brasileira e que, ao mesmo tempo, constituíram a elite que deu a filosofia de que necessitava esse movimento inspirado pelos interesses das duas classes que se haviam unido. E através da maçonaria desenvolveu-se a atividade de um grande número de cidadãos na vida pública.

Os jornais refletiam o que se discutia nas lojas maçônicas. As idéias que vinham para fora das lojas não eram senão o complemento, ou por outra, o eco das doutrinas arrojadas que estavam sendo pregadas na Europa e trazidas mesmo para o campo da execução em alguns países, sobretudo na França.

As chamadas francesias, que eram sempre acompanhadas do adjetivo "abomináveis", pelas autoridades policiais do Reino, pegaram fácil no solo americano.

E, sem dúvida, se não existisse, já em 1821, uma imprensa ativa, que estabelecesse a ligação entre os vários núcleos de opinião avançada nas capitâncias, depois convertidas em províncias, nós não teríamos tido tão cedo a independência do Brasil com a separação de Portugal.

O fato é que tem profunda significação a data de 10 de setembro, que aqui se comemorou, porque ela marca, sem dúvida, o início de uma jornada que não mais se interrompeu na evolução histórica brasileira.

Surgiram, depois, jornais de maior porte, mais objetivos, já com a preocupação de informar o público mais do que difundir as opiniões de seus redatores ou diretores.

O primeiro órgão de importância que surgiu no País, neste particular, foi o *Diário do Rio de Janeiro*, dirigido por um português, Zeferino Vito Meireles, que aqui se radicou, aqui lançou a semente do jornal de informação.

A verdade é que a uma certa altura, já, do terceiro decênio do Século XIX, a Imprensa passou de simples instrumento das Lojas Maçônicas, ou dos que a ela se opunham, como é o caso de Cairu — José da Silva Lisboa, e outros conservadores, a condutora da opinião pública. Para não me alongar muito na tribuna, recordo apenas um nome — o de Evaristo Ferreira da Veiga que — com a *Aurora Fluminense*, iniciando no País o verdadeiro jornal de doutrina política — acabou por

ser considerado um oráculo por grande parte da elite de intelectuais que interveio na nossa vida política.

Foi tamanha a influência de Evaristo da Veiga nos acontecimentos que precederam a abdicação de Dom Pedro e à sua volta para Portugal que ele justificava, e com razão, o coroamento lógico da Independência — Tãmanha foi essa influência. Sr. Presidente, que se passou a denominar o curto período em que ele exerceu o seu magistério político como o da Ditadura da Opinião Pública. Porque, os pro-homens da incipiente vida política do País, antes de sair de casa, iam consultar avidamente a opinião do Evaristo. E os pareceres se dividiam em torno dele, que operava como um divisor de águas. Chegou Evaristo a exercer tal importância nas grandes decisões políticas daquela época, que os seus amigos justificavam as suas opiniões de *Aurora Fluminense* em punho, dizendo: "Leiam isto, aqui está no Evaristo". E os seus adversários diziam, sobre qualquer acontecimento que turvasse a paz precária da política passional daquele tempo: "Isto é coisa do Evaristo". Tudo era atribuído ao Evaristo, que era um simples livreiro estabelecido primeiramente na Rua dos Pescadores, e que, do fundo do seu balcão — raramente saía de casa — governava virtualmente o País.

Terminada a fase em que se dedicou ao combate ao chamado Partido Português, quando pediu com insistência e extrema coragem a expulsão de Pedro I do País, Evaristo passou, então, a exercer o jornalismo exclusivamente de idéias. Ele que era o primeiro a ler ou folhear os tratadistas franceses e ingleses da ciência política do tempo, que havia se abeberado nos livros de Benjamin Constant, que inspirou em nossa Monarquia a criação do Poder Moderador, que fôra, sem dúvida, um agitador incansável, se transformou então no pedagogo, no professor da cidadania. Foi ele, no fundo, quem traçou os primeiros princípios da estruturação do 2.º Império. Esta é a maior glória do jornalismo brasileiro: um homem de imprensa, que não era um potentado, que não era um político, na expressão vulgar da palavra, que não tinha nenhuma ambição de natureza política, que se elegeira Deputado pelo Estado de Minas Gerais contra sua vontade, este homem foi aquele que exerceu, sobre este País, durante o período da sua organização institucional, a "ditadura da opinião".

Eu não queria, Sr. Presidente, que, nesta hora, faltasse a minha modesta palavra, a palavra do velho jornalista, quando se consagra a data da imprensa.

Também não posso, não devo terminar sem me referir à situação atual da imprensa brasileira, que tenho por

grave, não estando em condições de exercer o seu papel.

A colaboração dos jornais na obra do desenvolvimento e na busca da normalidade política e institucional desgraçadamente tem sido encarada, pelos que nos governam, através de uma óptica negativista. Prefere-se recorrer à mezinha clássica, ineficaz e até contraproducente da censura, ao invés de se apelar para a colaboração espontânea dos jornais, tão interessante quanto os que se acham no poder, acredito, em que se alargue o caminho para a normalização, que se encontre uma saída para o impasse institucional.

O que aconteceu com um dos órgãos mais respeitáveis da imprensa brasileira, ainda recentemente, "*O Estado de São Paulo*", não é a prova de que aquela colaboração seja possível, mas que as autoridades do segundo escalão da segurança não conseguem ter uma exata noção do papel construtivo da imprensa. Esta não se pode submeter a uma política sem comunicação, que esconde do público fatos que lhe compete divulgar, seja para o esclarecimento dos leitores, seja para a própria ciência do Governo. Temos dito e queremos repetir, mais uma vez, que dificilmente se iniciará a marcha para a normalidade sem que se realize, previamente, a grande aspiração da consciência democrática do País — a plena liberdade de imprensa, de um lado, e a restituição das garantias da magistratura de outro.

Recusamos acreditar que a Revolução não se sinta, oito anos depois de instaurada neste País, segura e amadurecida para reconstruir essas duas colunas mestras do Governo, de opinião e do estado de direito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, neste descuido improvisado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lindoso, Representante do Estado do Amazonas.

O SR. JOSÉ LINDOSO — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejo fazer um registro muito caro a todos nós, e o faço não só em caráter pessoal mas igualmente em nome da nossa Bancada.

A *Rádio Nacional* está comemorando o 36.º aniversário, data tão festiva para os homens de rádio e de imprensa do Brasil, que merece ser evocada pelo seu significado.

Foi, Sr. Presidente e Srs. Senadores, na Exposição Centenária de 1922, que o Brasil conheceu as primeiras demonstrações de radiofonia. Há 50 anos, portanto. E vale a pena lembrar, como preito de justiça, a figura singular de Roquete Pinto, um dos pioneiros nesse campo e que fundou a emissora que tem o seu nome,

atualmente ligado ao Ministério da Educação e Cultura, com notáveis serviços prestados à cultura brasileira.

Não conheço, Sr. Presidente, em detalhes, a crônica da fundação da **Rádio Nacional**, que faz parte do grupo de empresas incorporadas da União, mas chegam-me ressonâncias das suas atividades, nomes que são legendas na saudade do povo.

A **Rádio Nacional** é a vanguardeira na integração brasileira pela publicação oral, e levou, nessas três décadas, a mensagem de brasilidade, de união nacional a todos os quadrantes do País. Nesses 36 anos, desempenhou um papel notável na vida brasileira. Reveladora de talentos, foi escola e sementeira bendita de artistas notáveis, que acalentaram os sonhos românticos da nossa gente. Ali surgiram Almirante, Ary Barroso, Lamartine Babo, Francisco Alves, Carmen Miranda e tantos nomes que não podem ser lembrados nestas palavras ditas de relance, para não se cometer o pecado da omissão.

O Sr. Franco Montoro — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINDOSO — Pois não!

O Sr. Franco Montoro — Em nome do Movimento Democrático Brasileiro, quero manifestar a nossa inteira solidariedade à justa homenagem que V. Ex.^a presta à **Rádio Nacional** por ocasião de seu aniversário. A tarefa de defesa da cultura brasileira pela apresentação ao cenário nacional de figura notáveis de nossa vida artística e agora a preocupação que tem revelado em ser o grande instrumento de unidade da nossa terra faz com que sejam de absoluta justiça as palavras que V. Ex.^a profere. V. Ex.^a fala não apenas em nome da ARENA mas também no do MDB, que se associa às suas palavras.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. JOSÉ LINDOSO — Pois não!

O Sr. Vasconcelos Torres — De igual modo, associo-me ao registro oportuno que V. Ex.^a faz de tão grata efeméride para a radiofonia brasileira. Realmente, a **Rádio Nacional** merece as palavras com que V. Ex.^a, neste momento a está enaltecendo. Tão importante é a sua contribuição, que chego a constituir-se num acervo valiosíssimo, que acaba de ser doado ao Museu da Imagem e do Som, por determinação do honrado Ministro da Fazenda, Sr. Delfim Netto. Em outras palavras: a **Rádio Nacional** já fez história. Quando se iniciou o sistema de gravação de depoimentos, acontecimentos históricos, prêmios esportivos, tudo isto ficou constando dos arquivos da **Rádio Nacional**. Em a homenageando, quero que V. Ex.^a receba o registro desta voz fluminense. Nós temos o privilégio de ouvi-la.

Sua potência faz com que o meu Estado seja coberto, de ponta a ponta, pelas suas emissões. Parabéns não só a **Rádio Nacional**, como também a feliz lembrança de V. Ex.^a de registrar, nos Anais do Senado, acontecimento tão grato ao Rio de Janeiro, à Guanabara, ao Brasil.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Sr. Presidente, os apartes dos nobres Senadores Franco Montoro e Vasconcelos Torres conferem a este registro uma dimensão singular.

Falávamos que a **Rádio Nacional** teve uma missão de integração brasileira. Os depoimentos aqui prestados vêm confirmar e engrandecer este singelo registro que fazemos num preito de justiça.

A **Rádio Nacional** contou com a técnica e a cultura de tantos homens ilustres do Brasil, tais como Saint-Clair Lopes, numa época em que não havia escolas de Comunicação. Nesse homem homenageamos a quantos como ele prestaram colaboração, promovendo, organizando, prestigiando essa difusora.

Serviu a **Rádio Nacional** às artes, ao teatro, ao esporte. Serve às artes, ao teatro e ao esporte, ainda agora, com o espírito de servir ao povo e à Pátria. Foi a **Rádio Nacional** escola, e é ainda escola.

Mas, a **Rádio Nacional** que hoje comemora o seu 36.º aniversário, merece não só as congratulações do estilo; merece, sim, seja proclamado o reconhecimento de toda a Nação.

O Sr. Benjamin Farah — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINDOSO — Com prazer.

O Sr. Benjamin Farah — Quero também associar-me a V. Ex.^a nessa sua homenagem à **Rádio Nacional**. O nobre Senador Franco Montoro falou pela nossa Bancada, como representante da Guanabara, onde a **Rádio Nacional** tem marcante atuação há muito tempo, e atuação pioneira, admirável. Acabou V. Ex.^a de citar nomes de artistas, locutores, intelectuais, que deram muito do seu esforço, da sua inteligência e do seu coração, levando a todos os lares a mensagem daquela emissora, através de programas sérios, merecedores de nossos aplausos. Fico com meu coração desolado quando, através de uma emissora de rádio ou televisão assistem-se a certos espetáculos de que participam artistas que se utilizam de pornografia. Vi uma artista, na televisão do Rio de Janeiro, contar a vida pornográfica em que ela viveu. É algo lamentável, triste. Uma emissora de rádio ou televisão que se dedica a divulgar bons programas, não pode deixar de merecer os nossos aplausos. Quero, assim, congratular-me com V. Ex.^a porque essa emissora, a **Rádio Nacional**, no Rio de Janeiro, e agora com sua co-irmã aqui

em Brasília, tem tido um comportamento, uma linha de conduta admiráveis. As famílias podiam ouvi-la e aplaudir seus programas, estando ela sempre na linha de frente na defesa dos princípios democráticos, dando as melhores informações e trazendo programas de artistas admiráveis, que vivem na nossa saudade, como esses que V. Ex.^a citou. Ainda há pouco, estava ouvindo os nomes de Lamartine Babo, Ary Barroso e tantos outros, e agora esse grande locutor Saint-Clair Lopes. Por tudo isto, V. Ex.^a merece minha mais absoluta solidariedade, até porque o principal teatro de operações da **Rádio Nacional** tem sido o Estado da Guanabara. Essa emissora, que hoje amplia sua aparelhagem, trazendo novos e modernos equipamentos de outros países, sobretudo do Japão, tornando-se mais potente, contrapõe-se às propagandas que vêm do estrangeiro trazendo informações negativas a este País. Além de uma grande emissora de informações, faz também a **Rádio Nacional** um admirável trabalho na integração nacional. Quero expressar, portanto, a V. Ex.^a as minhas homenagens, as homenagens do meu povo, as homenagens da Guanabara.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Agradeço o aparte de V. Ex.^a Certamente o meu registro seria incompleto se não contasse com o depoimento de V. Ex.^a como representante da Guanabara, que é a Capital da inteligência do nosso País. V. Ex.^a falando assim, dizendo do valor da **Rádio Nacional**, em nome do povo da Guanabara, dá realmente uma singularidade a meu registro — aquela singularidade maior que está na proclamação dos méritos da **Rádio Nacional**, no esforço e na seriedade do seu trabalho no plano da cultura e no plano de bem servir o Brasil. V. Ex.^a referiu-se, ainda, à co-irmã que é a **Rádio Nacional de Brasília**, que também presta os mais notáveis serviços, modernizada e preparada a enfrentar a batalha da comunicação no grande esforço do desenvolvimento brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a comunicação que eu estava a fazer, o registro que me propunha a fazer perante o Senado, ganhou uma dimensão realmente expressiva com os apartes e com a solidariedade de eminentes Senadores; mas isto revela, isto fala eloquentemente de quanto cala profundamente em nossas consciências, em nossos corações o serviço notável que a **Rádio Nacional** vem prestando ao Brasil. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, representante do Estado do Espírito Santo. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Franco Montoro, representante de São Paulo.

O SR. FRANCO MONTORO — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo congratular-me com as nobres Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social que, por unanimidade, acabam de aprovar Projeto que destina 25% dos recursos da Loteria Esportiva às Santas Casas de Misericórdia de todo o País.

Este projeto, apresentado por nós com fundamento em representações que recebemos de diversos Estados do Brasil, tem recebido através da Imprensa, de manifestações das Câmaras Municipais de inúmeras cidades do País, e agora de pronunciamentos na Câmara dos Deputados, o apoio para o seu sentido fundamental. Discute-se muito hoje o problema da distribuição da renda nacional. Está aqui um exemplo concreto de uma imensa renda que está sendo auferida no Brasil nos cem concursos realizados pela Loteria Esportiva.

Informa o nobre Deputado Fábio Fonseca, na Câmara dos Deputados, que a arrecadação da Loteria Esportiva chegou a 2 bilhões e 900 milhões de cruzeiros, o que representa 2/3 de todo o dinheiro programado na distribuição de terras no PROTERRA; supera a arrecadação anual de vários Estados, inclusive do segundo Estado brasileiro, que é a Guanabara, e seguem-se as comparações.

É da maior justiça que essa arrecadação, que vem do povo, porque é o povo que está jogando nesta tão discutida Loteria Esportiva, é de justiça, repito, que esse dinheiro volte para o povo, pelo menos em sua grande parte. E para todos os municípios que se queixam de que a Loteria Esportiva está constituindo fonte de sucção dos seus recursos, que não voltam para os municípios.

Atendido o objetivo deste projeto, o de fazer com que 25% dos recursos da Loteria Esportiva sejam encaminhados às Santas Casas de Misericórdia, que atingem o setor mais desvalido e pobre da nossa população, será forma de atingir por atos, por decisões, e não apenas por palavras, o objetivo da redistribuição da Renda Nacional, em termos de justiça e de humanidade.

Só falta, no momento, o pronunciamento de uma última Comissão do Senado. As demais se manifestaram, por unanimidade, favoráveis à proposição. Esperamos que a última Comissão acompanhe a decisão das demais e, afinal, o Plenário do Senado aprove, também por unanimidade, se Deus quiser, essa medida, cuja justiça é reconhecida por todos, cuja base econômica é proclamada nos anúncios da arrecadação dessa Loteria.

É de justiça que uma parte do dinheiro que vem do povo volte para o povo, através de medida justa e humanitária como essa, com destinação às Santas Casas de Misericórdia de todo o País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, quando vejo um município restabelecer suas tradições folclóricas, fico satisfeito, vibro, porque tenho notado, ao longo da minha vida política, certo declínio das nossas festas populares. As mais antigas, as mais expressivas têm sofrido uma fratura, que pode ser atribuída a várias razões, desde o êxodo rural até a falta de recursos para o brilhantismo das datas do padroeiro e das festas que por esses Brasis afora sempre se realizam.

Entendo, pois tenho viajado muito e tenho sentido, o patrocínio oficial a essas festas tem um traço indistigavelmente de sentido cultural. Vai-se buscar, através das manifestações legitimamente populares, aquilo que no fundo representa a alma da nacionalidade. Por esses cantos afora há a festa da Nau Catarineta, do Bumba-meu-Boi e outras, principalmente no meu Estado — algumas sem o brilho do passado, outras acabaram, e outras estão sendo revividas agora.

Isso me empolga de tal maneira que, como Senador do Estado do Rio, ocupo a tribuna nesse instante, para fazer o elogio de um Prefeito, ou melhor — e a adjetivação cabe perfeitamente —, fazer elogio a um grande Prefeito, honroso, digno, zeloso, eficiente, o Almirante Jair Toscano de Brito, de Angra dos Reis.

Depois de dois anos de administração, indo diretamente às fontes populares, S. Ex.^a conseguiu reviver uma das festas mais tradicionais deste País: a festa do Divino Espírito Santo. Durante quatro dias, a belíssima cidade de Angra dos Reis não só participou, como também ensinou a que milhares de turistas, cerca de 60 mil, presenciassem os atos e as exibições coreográficas de um grupo de jovens, desde a figura do Imperador do Divino, encarnada por um menino de 12 anos, de tradicional família angrense, que desembarcou de uma galeota no Cais de Angra, até outros componentes dessa festa de sabor colonial. Também constituiu uma lição de História ao vivo, porque tem conotações com a vida do II Império deste País.

O Almirante Toscano de Brito já se vem notabilizando pela operosa administração que realiza à testa da Prefeitura angrense, e sabe Deus com que sacrifícios. E verdade que S. Ex.^a terá agido com muita visão, porque

qualquer gasto empreendido pela Prefeitura, numa festa dessa natureza, proporcionará aquilo que chamamos de "lucro indireto". Os hotéis ficam cheios, as casas comerciais se movimentam.

Não sei se V. Ex.^a, Sr. Presidente, já deu o privilégio aos seus olhos de ver Angra dos Reis. É uma dádiva divina do Senhor ao Estado do Rio. Aquele litoral, principalmente entre Angra e Parati, com 365 ilhas, com a baía da Ilha Grande, a baía de Jacuecanga, a baía da Ribeira e a baía de Parati, esse conjunto é qualquer coisa misturada com Divino. Geografia e história.

Nesse ambiente, nesse quadro, onde a serra se conlui com o mar, onde existe todo esse conjunto de ilhas, esse colorido da Festa do Divino Espírito Santo, porque festa realmente colorida, é a imagem de um televisor a cores da natureza, tal o impressionismo, tal a sugestão.

Sr. Presidente, é festa misturada com a geografia da localidade, um encanto ainda maior que permanentemente ela possui.

Ocupo a tribuna para elogiar o Almirante Toscano de Brito e seus auxiliares, que trabalharam para que essa festa alcançasse brilho e repercussão. Noticiada por toda a imprensa do País com antecedência, deixou boquiabertos os turistas que foram a Angra dos Reis, que pode ser atingida por todas as maneiras possíveis: por estrada de primeira categoria, asfaltada, pelo mar e pelo ar.

Elogio a um administrador que assim procede, Sr. Presidente, é merecido. Entendo que o representante do povo tem que dar a devida ressonância a fatos desse porte, porque, inclusive, houve vibração popular. Assim, procuro ter essa espécie de sismógrafo sentimental. Sou um viandante do Estado do Rio. Ando a minha terra de ponta a ponta. Aqui, a meu lado, neste instante, tenho o Deputado José Sally, que, para honra minha, me ouve. S. Ex.^a possui grandes amigos em Angra dos Reis, Mangaratiba e Parati e, com sinal afirmativo da cabeça, concorda com minhas palavras.

Sr. Presidente, trazendo ao conhecimento do Senado a realização de Festa do Divino, em Angra dos Reis, entendo que não só elogio o Almirante Toscano de Brito, como também o povo que dela participou. Enalteço a figura do Chefe do Executivo angrense e peço licença para que os nomes dos componentes da Comissão Coordenadora, da Comissão de Honra e dos Patronos fiquem constando deste discurso, porque eles também colaboraram para o êxito dessa festa.

Este registro, para mim, não vale apenas para a sua impressão no Diário do Congresso, e a sua consequente divulgação na "Voz do Brasil". Quero, principalmente, chamar a

atenção para que isto sirva de exemplo a outros prefeitos, respeitadas as condições dos cofres municipais. Porque isto está indo embora, Sr. Presidente. É uma ilha cultural como observamos agora em Angra dos Reis.

É o que estamos vendo com as bandas de música. Mas qual o Senador que já não terá tido reclamações de um velho maestro? As bandas de música estão enfrentando um problema: estão sendo taxadas pelo INPS. Afinal de contas, elas constituem patrimônio cultural de cada comunidade.

Este exemplo, no meu modo de entender, deve ser imitado e é por isso que teço loas merecidíssimas àquele Oficial de Marinha competente, honrado, sensato e que sabe perfeitamente medir as pulsações do coração do seu povo, porque com ele está inteiramente afinado. (Muito bem! Muito bem!)

PROGRAMA A QUE SE REFERE O SR. VASCONCELOS TORRES NO SEU DISCURSO:

PROGRAMA DA FESTA DO DIVINO

**1.º a 10 de setembro
Angra dos Reis
1972**

Em comemoração ao ano do sesquicentário de nossa independência, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, com a colaboração da Câmara Municipal, do Povo de Angra, dos amigos de Angra, dos Órgãos Públicos Federais e Estaduais, da Indústria e Comércio de Angra dos Reis, da Imprensa Falada, Escrita e Televisada, fará realizar de 1.º a 10 de setembro a tradicional Festa em louvor ao Divino Espírito Santo.

PROGRAMA

Dia: 1. de setembro

Hora: Às 19:30

Local: Na Igreja Matriz

Início do Setenário

Patronos:

Dr. Jorge E. M. Geisel e Senhora Almirante Haroldo Azambuja e Senhora

Sr. Orlando Macedo e Senhora

Dr. Omar Torres de Castro e Senhora

Dr. Seimour Grant e Senhora

Dia: 2 de setembro

Hora: Às 19:30

Local: Na Igreja Matriz — 2.ª Missa Setenário

Patronos:

Sr. Donald Azambuja Lowndes e Senhora

Dr. Otávio Laconi e Senhora

Sr. Benedito Ferreira Jordão e Senhora

Dr. Roberto Magalhães de Castro e Senhora

Sr. Cid Magalhães e Senhora

Dia: 3 de setembro

Hora: Às 19:30

Local: Na Igreja Matriz — 3.ª Missa Setenário

Patronos:

Sr. Artur MC Laren e Senhora

Dr. Artur Castanheira Sarmento e Senhora

Sr. Adayl F. de Almeida e Senhora

Sr. Maximiano Cândido de Ciza e Senhora

Dr. Paulo Saboia e Senhora

Sr. Miguel Jaubert

Dia: 4 de setembro

Hora: Às 19:30

Local: Na Igreja Matriz — 4.ª Missa Setenário

Patronos:

Dr. Mauricio Nunes de Almeida e Senhora

Dr. Sebastião Ferraz de Camargo e Senhora

Dr. Miguel de Lucas e Senhora

Sr. Sylvio de Castro Galindo e Senhora

Sr. Francisco Pereira Rocha e Senhora

Dia: 5 de setembro

Hora: Às 19:30

Local: Na Igreja Matriz — 5.ª Missa Setenário

Patronos:

Dr. C. R. Almeida e Senhora

Dr. Aloisio de Andrade Faria e Senhora

Dr. Aloisio Belo Costa e Senhora

Dr. Orlando Caldellas Santos e Senhora

Sr. Miguel Elias Miguel e Senhora

Sr. Walter Teixeira da Cunha e Senhora

Dia: 6 de setembro

Hora: Às 19:30

Local: Na Igreja Matriz — 6.ª Missa Setenário

Patronos:

Dr. Mário Soares

Dr. Francisco Correia da Silva Junior e Senhora

Dr. José Vince Prova e Senhora

Sr. Manoel Venâncio Cardoso e Senhora

Comandante Paulo Ribas e Senhora

Dia: 7 de setembro

Hora: Às 19:30

Local: Na Igreja Matriz — 7.ª Missa Setenário

Patronos:

Dr. Carlos Lacerda e Senhora

Dr. Murilo Mendes Junior e Senhora

Dr. Augusto Lefèvre e Senhora

Sr. Pedro Corrêa dos Santos e Senhora

Sr. Izidlo da Silva e Senhora

Festividades Sacras e Folclóricas

Dia: 8 de setembro

As 05:00 — Alvorada pela Banda de Música "Jardim Sarmento", com repicar de sinos e espoucar de fogos.

09:00 — Passeata do "Bate-Moleque", "Vaca-Malhada", "Burrinha" e Folia do Divino.

10:00 — Chegada ao cais do porto da cidade, no barco "Tritão" de SM o Imperador e seu Séquito.

19:30 — Na Igreja Matriz, Missa solenemente cantada, presidida pelo Menino Imperador.

Patronos:

Dr. Carmine Martuscelo e Senhora

Dr. Edmundo Martuscelo e Senhora

Dr. Roberto Martuscelo e Senhora

Dr. Atila Carvalhaes e Srta. Patricia M. Reis Carvalhaes.

20:15 — Chegada do Imperador e seu Séquito no Império, recepcionado pelo povo e todos os componentes das diversas danças.

20:30 — Início das danças: "Coquinhos", "Jardineiras", "Velhos" e "Marujos".

22:00 — Leilão de Prendas.

23:00 — Dança folclórica de Portugal pelo grupo da "Casa do Minho" da Guanabara.

24:00 — Encerramento — (Fogos de Artíficos).

Dia: 9 de Setembro

09:00 — Passeata do "Bate Moleque", "Burrinha" e "Vaca Malhada" pelas ruas da cidade alegrando a garotada

14:00 — Espetáculo circense, no local das danças, pelo grupo "Abra Cadabra", da Guanabara

19:30 — Missa solenemente cantada, e presidida por SM o Imperador

Local: Igreja Matriz

Patronos:

Condessa Pereira Carneiro

Dr. Nascimento Britto e Senhora

Dr. Paulo Gayer e Senhora

20:15 — Chegada ao Império de SM o Imperador e seu Séquito

20:30 — Início das danças do folclore local (Coquinhos e Jardineiras)

22:00 — Exibição de danças tipicamente Portuguesas pelo grupo da Casa dos Poveiros da Guanabara

22:30 — Leilão de Prendas

23:00 — Prosseguimento das danças do folclore local, com a exibição dos "Marujos" e "Velhos".

Dia: 10 de Setembro

Hora: 05:00 — Alvorada

10:00 — Missa solenemente cantada na Igreja Matriz

Patronos:

Tenente-Coronel Manoel Jordão Sobrinho e Senhora

11:15 — Passeata de Sua Magestade o Imperador e seu Séquito, acompanhado dos grupos das danças que conduzirão tabuleiros contendo Bolachas Bentas, cujo percurso será o seguinte: Ruas Honório Lima, Cônego Bittencourt, Praça General Silvestre Travassos, Rua do Comércio, Frei Inácio, Coronel Carvalho, Avenida Raul Pompéia, Rua da Conceição e Praça General Silvestre Travassos

14:00 — Espetáculo circense, no local das danças, com "Carequinha" e sua gente

19:30 — Solene Missa Especial na Igreja Matriz, com a tradicional solenidade da troca da coroa pelo chapéu do Imperador

Patronos:

Exmo. Sr. Almirante Jair Carneiro Toscano de Brito, Prefeito da Cidade e Senhora

20:15 — Chegada ao Império de SM o Imperador e seu Séquito

20:30 — Início das Danças

22:00 — Leilão de Prendas

23:00 — Queima de Fogos de Artilharia

24:00 — Encerramento apoteótico das festividades

Imperador: Luiz Manoel de Figueiredo Jordão

Guarda-Estoque: Ricardo Tabet Miguel

Mordomo: Alexandre Tabet Miguel

Cmte. da Barquinha: Luiz Paulo Jardim

Comissão de Honra:

Prefeito Municipal de Angra dos Reis

Diretor do Colégio Naval

Diretor da Receita Estadual

Administrador do Porto de Angra dos Reis

Inspetor Fiscal do D.N.P.V.N., no Porto de Angra dos Reis

Presidente da A.C.I.A.R.

Diretor Industrial da V.E.R.B.

Diretor do C.E.N.I.A.R.

Presidente da FLUMITUR

Comissão de Finanças:

Dr. Orlando Gonçalves — Diretor da Receita Estadual

Luiz Elias Miguel — Presidente da Associação Comercial de Angra dos Reis

Tarciso Prado de Azambuja — Diretor-Geral da Prefeitura Municipal

Armando Bittencourt — Coordenador dos serviços internos da Prefeitura Municipal

Comissão Coordenadora:

Celso Pousa Costa

Manoel Gomes Duarte

Nelson Jardim

José Luiz do Nascimento

Itanilza Vianna

Delio Ferreira

Zélio Ramos do Nascimento

Colaboradores:

Tenente Coronel Manoel Jordão Sobrinho

Dulcinéa Lemes

Lucy Gonçalves da Silva

Adayl F. de Oliveira

Pedro Corrêa dos Santos

Moacir de Oliveira Sarmento

Custódio Vieira da Costa

Cid Magalhães

José Angelo Freire

Evilton Modesto

Benedita Salomão

Jacira Maria Rosa

Jorge Moreira Delfino

Aldrovo L. de Almeida

Toda a direção e demais funcionários do Cartório do 1.º Ofício

Irmandade do Apostolado da

Oração de Angra dos Reis

Severino Fernandes da Silva

Vera Cruz F. C.

Tip. e Pap. São Jorge

Coordenador-Geral:

Milton Basílio Pereira

Nota: Por motivo de força maior levamos ao conhecimento do bom povo desta cidade e dos senhores Patronos das Missas "Setenário" dos dias 2 e 7 que as mesmas serão rezadas no mesmo horário, porém, na Igreja do Carmo. Quanto às referentes aos dias 4, 5 e 6, serão rezadas na Igreja Matriz. Todavia no horário das 07:30, também, em intenção ao Divino Espírito Santo. — A Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, terça-feira, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de decretos legislativos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.)

ORDEM DO DIA BAIXADA, NO DIA DO SOLDADO, PELO EXMO. SR. GENERAL ORLANDO GEISEL, MINISTRO DO EXERCITO, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 95/72, DE AUTORIA DO SR. SENADOR PAULO TORRES, APROVADO NA SESSÃO DE 12.09.72.

É esta o Ordem do Dia do Ministro do Exército:

"Luiz Alves de Lima e Silva.

"Na profissão das armas, de cadete a marechal, alimenta em tempos de paz a chama da genialidade, que vai fulgurar nas revoltas intestinas, onde a lâmina de sua espada é ferramenta para assentar o cimento da unidade nacional; e que resplandece nas guer-

ras externas, ofuscando e confundindo e destruindo o adversário pela manobra engenhosa do comandante nunca levado a provar o fel da derrota.

"Na vida política, Deputado e Senador eleito por províncias que pacificou, Ministro da Guerra e Presidente do Conselho em vários Gabinetes, é o cidadão exemplar, serenamente voltado para a obra da construção nacional.

"Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias, a nenhum outro brasileiro foi dado receber em vida tantas honrarias de par com tão altas responsabilidades, e a relevância não consegue ferir sua invulnerável dignidade, a autoridade nunca se deforma em prepotência, a glória nem lhe arranha a robusta couraça de humildade.

"Mas é póstumo o título mais valioso, renovado a cada ano na data de seu nascimento, porque o consagra como modelo esplêndido de todas as virtudes militares, trazendo-o de volta, das culminâncias do marechalato, ao primeiro grau de hierarquia da farda: Caxias, o Soldado.

"Meus camaradas!

"Homenagem maior não se lhe poderá prestar do que, no seu Dia, no Dia do Soldado, reiterar nossa fé nos postulados que constituem os alicerces morais e o ideário cívico de nossa profissão.

"Creiamos na obediência ativa, que não submete ao homem, mas ao superior ungido do poder de mando emanado dos regulamentos.

"Pratiquemos a disciplina — alma de um exército — até que se incorpore à nossa personalidade como um hábito prazerosamente cultivado. Severa, mas justa, franca, leal, ela iguala chefes e subordinados, em toda a verticalidade da escala de graduações, no respeito aos mesmos princípios.

"Cultivemos a camaradagem e o espírito de corpo, que fazem da Unidade uma família, do comandante um pai, do companheiro um irmão e da fria caserna um imenso lar acolhedor, construído na solidariedade e na renúncia.

"Assumamos a responsabilidade no exercício da autoridade, seja ela a do sentinela em seu posto de guarda ou a do chefe em seu posto de comando porque do exato cumprimento do dever de cada um nascem a eficiência da instituição e a segurança da Pátria. É esse o verdadeiro patriotismo, firmado no solene juramento de fidelidade que fazemos ao cruzar os ombrais da vida militar e provado na jornada memorável de 31 de Março de 1964.

"Fortifiquemos a vontade do dia-a-dia de nossa atividade, aprendendo a profissão, dominando o comodismo e combatendo a preguiça, submetendo o corpo ao espírito e aceitando o desconforto, o cansaço e o medo com a

certeza de que estamos desenvolvendo nossa coragem. Porque a coragem não nasce com o homem, nem lhe pode ser inoculada na hora do perigo, se antes, com estoicismo e determinação, não aprendeu a querer.

"Soldados!

"É essa a lição da História, é esse o exemplo luminoso da vida de Caxias.

"Cuidai do armamento moderno e potente, familiarizai-vos com seu emprego, conservai o material e o equipamento com carinho e dedicação, tirai proveito, para vossa formação profissional, dos onerosos exercícios no campo, mas não vos esqueçais:

"De nada valerá, na garantia da integridade e da soberania da Pátria, o Exército em que faltar a força da coesão e a centelha ardente do moral, feitas de obediência, disciplina, vontade, coragem, dedicação, camaradagem, responsabilidade e espírito de corpo."

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. CARVALHO PINTO, NA SESSÃO DE 11-9-1972, E QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. CARVALHO PINTO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de tratar da matéria determinante de minha inscrição nesta tribuna, desejo prestar reverente homenagem a uma das mais ilustres figuras do meio jurídico nacional, Professor Noé Azevedo, recentemente falecido em São Paulo.

Nascido em Minas, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde se radicou definitivamente, tendo, pelos seus raros dotes de coração, pelo seu valor intelectual e cultural, pela sua dignidade exemplar e pela sua inextinguível vocação pelas lides jurídicas, feito jus ao mais alto conceito no meio em que vivia e nele alcançado as mais honrosas posições.

Professor emérito da tradicional Faculdade paulista, senhor de uma das mais respeitáveis bancas de advocacia em nosso Estado, jornalista ilustre Presidente do Conselho Penitenciário; Presidente, durante 25 anos, do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo — manteve sempre uma linha impecável de coerência entre as atitudes do pensador, do advogado e do jurista, na defesa serena, mas intransigente, dos direitos fundamentais da criatura humana.

Ainda nestes dias, dele dizia o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Professor Haroldo Valladão:

"Foi advogado e jurista padrão. Na **competência** — inteligência, cultura, clarividência; na **combatividade** — coragem, tenacidade, persistência; no **pleito** — coleguismo, cavalheirismo, modéstia;

na **vitória** — elevação, tolerância, composição; na **derrota** — compreensão, paciência, serenidade."

Por todos esses motivos, tenho a certeza de que, ao registrar em nossos Anais o pesar suscitado pelo falecimento de Noé Azevedo, correspondendo aos sentimentos do meio jurídico nacional e de todos quantos bem compreendem o papel do Direito na preservação da ordem social, da justiça e dos direitos humanos.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Filinto Müller — Nobre Senador, realmente uma grande perda para as letras jurídicas do Brasil o desaparecimento do eminente, do emérito Professor Noé Azevedo. Em nome do nosso Partido, em nome da maioria, me solidarizo com a homenagem que V. Ex.^a presta à memória de tão ilustre brasileiro. Como V. Ex.^a, apresento também, em nome da Maioria, os sentimentos de profundo pesar à família Noé Azevedo, aos advogados de São Paulo e ao Estado de São Paulo que, como o Brasil, acaba de sofrer perda irreparável.

O SR. CARVALHO PINTO — Muito obrigado, nobre Senador, pela nova dimensão que V. Ex.^a dá, com seu aparte, à justa homenagem ora prestada ao Professor Noé Azevedo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez volto a considerar matéria que, por sua dimensão nacional e extensa repercussão sócio-econômica, continua a reclamar atenção prioritária dos responsáveis pela coisa pública. Refiro-me ao tormentoso problema do leite, que, menos aparente nos períodos chuvosos, ressurge inexoravelmente nas épocas de estiagem, e, já agora, envolvente da produção, da comercialização, da industrialização e do próprio consumo do produto.

Procurando analisar a matéria nessas perspectivas, em pronunciamento que fiz nesta Casa no ano passado, tive a honra de ser secundado por apartes de ilustres colegas, que, apresentando praticamente todas as nossas regiões geoeconômicas, trouxeram expressivo testemunho de um quadro idêntico e generalizado, profundamente desestimulante de riqueza indispensável, tanto à nossa economia rural, como à adequada alimentação de um povo em geral subnutrido e de baixo poder aquisitivo.

Sem desconhecer a complexidade do problema, nem os meritórios esforços do Governo em resolvê-lo, procurei, sobretudo, acentuar a necessidade de uma política global e definitiva, que corajosamente enfrentasse todos os aspectos da matéria, desde a expansão do consumo, a incidência fis-

cal, a disciplina de preços dos insumos agrícolas, a seleção e produtividade dos rebanhos, a comercialização e a industrialização do produto, a justa remuneração ao produtor e, por via de providências a todos esses campos extensivos, até mesmo a contenção dos custos em níveis compatíveis com a capacidade aquisitiva do povo. "Ou partimos", dizia então, "para uma programação ampla e definitiva, fundada em levantamentos precisos e projeções técnicas e inspirada por um pensamento de justa remuneração ao nosso desarmado produtor, ou poderemos vir a assistir — na sequência de crises que as soluções casuísticas não estancam — à progressiva derrocada desse delicado setor econômico, com os mais graves danos ao bem-estar e à própria subsistência de uma população rural expressiva, dispersa em largas extensões territoriais do País".

Demonstrando a impessoalidade e o alto espírito público com que encara os problemas sob sua responsabilidade, não teve dúvidas o ilustre Ministro Cirne Lima em registrar a procedência das observações então feitas, tendo mesmo, num testemunho que muito nos honrou, inclusive por evidenciar o apreço do atual Governo às críticas construtivas desta Casa, declarado à imprensa:

"O Senador tem toda razão e é por reconhecer essa anormalidade que o Governo está prestes a dar uma solução definitiva para o problema."

E de fato, confessando ser "a produção do leite um dos setores mais comprimidos da agricultura", não tem S. Ex.^a poupado esforços no sentido de sua progressiva libertação econômica. Bem compreendemos as dificuldades ocorrentes no próprio plano oficial, desde aquelas derivadas de diverso enquadramento ministerial de órgãos co-responsáveis pelos níveis de preços, até os aspectos mais fundamentais, relativos à indispensável política antiinflacionária do Governo, naturalmente sensível a majorações que possam afetar o custo de vida da população. Mas com realismo e pertinência, já pôde S. Ex.^a alcançar uma auspiciosa reformulação da sistemática vigente, ao substituir a incerta e espoliativa fixação anual de preços, por um regime de revisões quadrimestrais, mais conforme às flutuações de valor dos insumos de que depende o produto e a exemplo do sistema adotado para o câmbio, petróleo e outros agentes de elevação geral de custos, inclusive no setor agropecuário.

Forçoso é reconhecer, entretanto, a decepção causada na aplicação inicial do novo regime, desde logo comprometida pelos níveis desajustados de que partira e em condições que, consoante dados encaminhados ao Sr. Ministro da Agricultura pelas mais

representativas entidades de produção e de laticínios de São Paulo, teriam importado numa defasagem próxima a 30%, entre o preço fixado e aquele que deveria corresponder à efetiva elevação de custos, considerando que fossem as bases de 1966.

Ora, não é possível desconhecer-se o que isto significa como desestímulo à produção e fator irracional de modificações das atividades agropecuárias. Sob o contundente efeito desse prejuízo compulsório e a paralela influência do justo estímulo levado pelo Governo aos demais setores da vida rural — inclusive o do gado de corte —, instaurou-se perigoso processo de deterioração de uma riqueza, que é vital, não só ao abastecimento de nossas populações, como ao equilíbrio econômico-social de vastas regiões do País.

O desvio para o matadouro, de fêmeas ainda produtivas; a introdução nos rebanhos leiteiros, de reprodutores da espécie de corte; a subtração de leite, anteriormente fornecido ao mercado, para criação de bezerros destinados ao abate; a drástica redução de despesas na formação e manutenção de pastagens, no fornecimento de rações suplementares, na renovação de matrizes e reprodutores, na construção ou aperfeiçoamento de instalações necessárias e na justa remuneração dos trabalhadores; a diminuição das áreas pastorais, com aproveitamento do solo em atividades mais produtivas, como ocorre por exemplo, com o reflorestamento do Vale do Paraíba, ou a cultura do soja, do algodão e do trigo nas regiões do Oeste paulista e do Paraná — tudo isso configura um quadro de frustrações e desânimo, que vai desde logo e progressivamente, reduzindo a produtividade da exploração leiteira, deslocando-a para plano subsidiário, agravando as próprias deficiências de fornecimento e destruindo um interesse de aperfeiçoamento genético, que auspiciosamente já se estendia aos pequenos produtores, com grave dano a um valioso patrimônio animal, custosamente criado pelo esforço de gerações sucessivas.

O Sr. Fernando Corrêa — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer.

O Sr. Fernando Corrêa — Senador Carvalho Pinto, V. Ex.^a traz ao plenário do Senado um assunto já aqui debatido diversas vezes: o problema da carne, idêntico ao do leite. Talvez este último seja ainda mais oneroso, porque dele depende a alimentação da nossa infância. É sabido que, nos Estados Unidos, o Governo compra e subsidia toda a produção do leite, seu excesso é desidratado e são guardadas milhares de toneladas, reservadas para ocasiões excep-

cionais; no caso de guerra, por exemplo. No Brasil, os produtores de leite têm prejuízo. Esta é a verdade. O produto não dá lucro nenhum para o fazendeiro. Todos têm prejuízo, quer estejam localizados nos arredores das cidades, quer aqueles que se aventuram pelo interior do nosso vasto País. Só há uma maneira, se o Governo desejar, e com razão, manter o preço atual: subsidiar os produtores de leite. Não há outra saída como muito bem disse o Ministro Cirne Lima. O problema é difícilíssimo para o Governo, que está estudando a possibilidade de o preço desse precioso alimento ser fixado a contento dos produtores. Acho que o Governo deveria subsidiar a produção, armazenar o excesso, para evitar uma situação igual à da carne. A carne está sendo vendida nos frigoríficos de Minas Gerais e de Mato Grosso por um preço ao redor de Cr\$ 63 cruzeiros. Dá prejuízo criar o gado, engordá-lo e vendê-lo a este preço. O fazendeiro, o produtor de leite, o criador de gado para abate estão tendo prejuízo. O discurso do nobre colega é de uma atualidade extraordinária e eu o felicito, Senador Carvalho Pinto.

O SR. CARVALHO PINTO — Muito obrigado, Senador Fernando Corrêa, pelas atenciosas palavras e pela inestimável colaboração que traz à minha modesta oração com seu espírito prático, realista, e de profundo conhecedor da matéria.

Procurando enfrentar os vários aspectos do problema, não são poucos os estudos e subsídios que vêm sendo oferecidos aos órgãos governamentais. Dentre os mais recentes poderíamos destacar os "Anais do II Seminário Brasileiro sobre o Leite e Derivados" realizado em maio deste ano em Poços de Caldas e memoriais da Federação da Agricultura, do Sindicato das Indústrias de Laticínios e da Cooperativa Central de Laticínios, todos de São Paulo e, ainda, um estudo da ADESG (Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra), no ciclo de Conferências do Vale do Paraíba, onde, após o reconhecimento de que a principal causa das dificuldades "tem sido os baixos preços impostos pelos órgãos controladores", se ressalta com realismo e justiça: "Durante os quinze anos que antecederam a Revolução de 1964, os tabelamentos de preços de leite foram feitos sob pressão política. É evidente que os grandes centros consumidores ofereciam muito maior contingente eleitoral do que a classe produtora. O Governo Castello Branco encontrou na Guanabara as célebres filas do leite, pois o desânimo tomara conta dos pecuaristas. Ao tempo do Ministro Ney Braga, na Pasta da Agricultura, modificou-se a orientação na política de preços, e isso despertou novas esperanças na classe produtora".

Neste passo, Sr. Presidente, sirvo-me da oportunidade para congratular-me com o nobre colega Ney Braga pela justa e esclarecida orientação com que enfrentou o problema, quando no desempenho de suas responsabilidades na Pasta da Agricultura.

O Sr. Ney Braga — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com prazer.

O Sr. Ney Braga — Somente para agradecer a V. Ex.^a esta referência que faz e dizer que, realmente, na oportunidade que tive de ser Ministro, também, tínhamos, como hoje, um grande Presidente, que bem entendeu o problema e nos deu todo apoio para as medidas propostas pela equipe que lá encontramos formada, de início, pelo Ministro Hugo Leme — equipe que tanto nos deu de estudos e de planejamento para que a agricultura do País pudesse, e se tivesse recursos melhor resolver os problemas da área rural, que sabemos são grandes. Confiamos no Ministro Cirne Lima e temos conversado com S. Ex.^a V. Ex.^a ainda há pouco se referiu ao atual Ministro com a mesma confiança que sempre nele depositou. Permita o nobre Senador que eu me alongue um pouco. É realmente um problema muito sério o da agricultura, e de difícil solução. Ainda hoje eu vinha conversando com o ex-Ministro da Agricultura, e todos nós reconhecemos o grande Ministro que foi o Senador João Cleofas. Analisamos, então, a agricultura nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Entramos na história econômica do mundo, numa situação de dificuldade, porque produzimos muito o que aqueles países, em desenvolvimento, como nós, também produzimos. Não há planejamento global da produção. A primeira tentativa que se fez foi a Organização Internacional do Café que, pela ganância dos consumidores, dos países desenvolvidos, vimos quase chegar ao fim na última reunião. E estamos sempre presentes na solução dos problemas e achamos que, neste do leite, V. Ex.^a tem toda razão como também no da carne, como afirmou aqui o nobre Senador Fernando Corrêa. Fui Ministro da Agricultura. Não falo sobre a agricultura neste plenário porque falar disso seria levar algum tempo e tocar problemas que todos sentimos nos nossos Estados, porque o Brasil é primordialmente agrícola. Mas, confiamos no Ministro Cirne Lima e sabemos que o problema do leite será resolvido, como também o da carne. Se há vinte anos falássemos nós, como também fala o Ministro Cirne Lima, da Agricultura, e se tivéssemos a compreensão do problema do café, não correríamos o risco que agora estamos correndo de que falte, daqui a pouco, o produto. Cumprimento ao nobre Senador e agradeço as referências que fez aqui, citando o meu nome.

O SR. CARVALHO PINTO — As referências que endossar constituiram mero ato de justiça, nobre Senador. Agradeço a V. Ex.^a o aparte elucidativo e oportuno com que robusteceu as minhas despretensiosas considerações.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex.^a uma ligeira intervenção?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer.

O Sr. Benedito Ferreira — De outra feita, quando V. Ex.^a trazia este assunto a debate, tive oportunidade, por gentileza de V. Ex.^a também, de participar do assunto e lembrei, como deve recordar-se V. Ex.^a, que o problema que aflige São Paulo, que aflige Goiás, que aflige o Brasil no seu todo, vinha sendo minorado pelos esforços governamentais, sob alguns aspectos: as facilidades de financiamento para as usinas de resfriamento. Porque até então não havíamos encontrado a solução. Com as informações sérias que V. Ex.^a trazia naquela ocasião, preocupado e vivendo também o problema na própria carne, com os subsídios trazidos por V. Ex.^a, elaborei um estudo que pensei oferecer como contribuição, ao esforço do Senado para solucionar o problema do leite. Foi então, nobre Senador, que elaborei projeto que não apresentei, em virtude de notícias que tive de medidas por parte do Executivo, as quais, entendi, seriam mais viáveis. Minha proposição criava uma sobretaxa aos tributos do fumo e bebidas alcoólicas, para, com esses recursos, subsidiar a produção do leite no Brasil e resolver esse magno problema que todos reconhecemos e proclamamos, é, sobretudo, de sobrevivência da própria raça. Era esta a ligeira intervenção, para cumprimentar V. Ex.^a e dizer que estou realmente esperançoso com essas providências, com esses estudos que vêm sendo realizados na área do Ministério da Agricultura, que, quero crer, resolvem, de uma vez para sempre, esse mais que angustiante problema. Agradecido a V. Ex.^a.

O SR. CARVALHO PINTO — Muito grato, nobre Senador, pelo seu oportuno e valioso aparte. Apenas lamento que V. Ex.^a não tivesse trazido ao nosso conhecimento o estudo agora referido — e ainda é tempo para fazê-lo — porque ele se constituiria, sem dúvida, numa preciosa contribuição ao Governo, na busca que empreende, de uma justa solução para o problema.

Mas folgo em ouvir de V. Ex.^a uma sugestão que, coincidindo com observação que faço mais adiante — me parece digna de ser atentamente considerada, pois compensando o favor fiscal com maior tributação sobre o consumo menos saudável, não afetaria a política antinflacionária levada a efeito pelo Governo.

Já, hoje, as pesquisas, dados econômicos e estudos realizados em vá-

rios setores, inclusive oficiais, não deixam mais dúvidas relativamente à insuficiência de preços e à precária situação econômica em que se encontram os produtores. Mas há outros aspectos, agora esse, que está, a meu ver, reclamando premência na efetivação das medidas corretivas. É o grave sentido social do problema, já agora afetando os dois pontos extremos do processo econômico: a produção e o consumo. A produção, antes de mais nada, porque, consoante levantamentos recentes, dela depende a subsistência de cerca de quatro milhões de brasileiros e ainda porque, como tive ocasião de verificar em usinas da maior bacia leiteira do País, a maioria esmagadora dos fornecedores se constitui de pequenos produtores, que não alcançam, para remuneração conjunta de seu capital e trabalho — este, muitas vezes desdobrado num regime de economia familiar — sequer os níveis de salário mínimo. E, de outro lado, na área do consumo, porque a carência alimentar do nosso povo, que não obstante possui o 3.º rebanho do mundo é dos que apresentam menor índice de consumo de leite, mais ainda se irá agravar com as periódicas e crescentes deficiências do produto, que tanto sacrificam a infância, oneram a economia popular com as explorações consequentes e facilitam, pela substituição, a indesejável aquisição de hábitos alimentares menos saudáveis.

Ainda há poucos dias ponderava apreciada secção econômica da imprensa paulista: "O brasileiro bebe mais pinga do que leite, mais cerveja do que leite, mais refrigerante do que leite, mais água mineral engarrafada do que leite. Mas no varejo, preço final ao consumidor, o leite custa mais barato que a pinga, a cerveja, o refrigerante e a água mineral engarrafada. Para a pinga, a cerveja, o refrigerante e a água mineral engarrafada, a intermediação acha-se mais ou menos sob controle. Para o leite, não. Mesmo porque o leite não pode ser retido na fazenda. Faca espetada nas costas, de um produto que se deteriora ao meio dia, o produtor é o elo fraco da corrente que começa no curral e termina na geladeira de nossa casa. Como nenhuma corrente pode ser mais forte que o seu elo mais fraco, o fortalecimento do produtor interessa ao mercado como um todo".

O Sr. Milton Cabral — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Pois não, com prazer.

O Sr. Milton Cabral — Nobre Senador Carvalho Pinto, V. Ex.^a naturalmente está comentando esse problema do leite baseando-se no conhecimento de sua região, São Paulo. Provavelmente o quadro não é diferente da região nordestina, por exemplo. Sabemos que com o custo de três li-

tros de leite se compra um litro de refrigerante. Os aspectos da economia leiteira são complexos. V. Ex.^a poderia comentar problemas de natureza técnica, financeira e fiscal. Mas eu queria aproveitar o ensejo apenas para comentar um outro aspecto do problema, se é que V. Ex.^a não irá abordá-lo mais adiante: é o enorme potencial que representa essa economia. A Dinamarca tem uma população de aproximadamente 4,5 milhões de habitantes e, no ano de 1971, exportou mais de 300 milhões de dólares em laticínios. Aqui, na América do Sul, vários países são tradicionais importadores de laticínios. Basta citar o exemplo do Peru que importa produtos lácteos da Nova Zelândia, — que fica a uma distância considerável em relação ao seu vizinho, o Brasil — e no valor de 45 milhões de dólares ao ano. O leite, se convenientemente coordenado, administrado em economia de escala, poderia transformar-se numa riqueza exportável para o mundo todo. Penso que V. Ex.^a está tratando de um assunto da maior importância e o parabênizo pelo magnífico trabalho.

O SR. CARVALHO PINTO — Agradeço o aparte com que me distingue o nobre colega. V. Ex.^a aborda um outro aspecto importante do problema, relativo ao comércio internacional de laticínios e lembra, muito bem, o caráter nacional de que se reveste, ao focalizar aspectos relativos ao Nordeste. E realmente também lá a situação se revela angustiada para os produtores, como se pode inferir de notícia, recentemente estampada em "O Estado de S. Paulo," e que passo a ler:

"O LEITE PERNAMBUCANO TORNA-SE MAU NEGÓCIO"

(Da Sucursal do RECIFE) — Agrava-se a crise da pecuária leiteira em Pernambuco com o fechamento da única fábrica de leite em pó do Estado, a Garanhuns Industrial S.A. — GISA — e a venda de rebanhos para o Ceará e Rio Grande do Norte, já que os fazendeiros julgam mais compensador "vender as vacas do que ordenhá-las!"

Eis aí os tristes resultados dessa deficiente remuneração do produtor.

Mas, continuando nas minhas considerações, desejo observar que não são outros, certamente, os motivos que levaram o Sr. Ministro da Agricultura a asseverar, por ocasião da 44.ª Semana de Fazendeiros, promovida pela Universidade Rural de Viçosa que o "Governo resolverá a curto prazo o problema do leite, pois reconhece que este é um mau dos setores mais sacrificados da produção agropecuária nacional". E ainda agonia, em sessão da Comissão da Agricultura da Câmara, teve S. Ex.^a oportunidade de afirmar: "Na área de responsabilidade do Ministério da Agricul-

tura, sentimos que o maior problema, em matéria de preço e comercialização de produto agrícola, reside no leite. Trata-se de um problema realmente difícil e que constitui para nós a maior preocupação desde março próximo passado. Aliás, ele não é recente; já vem de muito tempo. Os reajustes de preço do leite realmente não têm atendido aos custos dos insumos e de produção. Esta é, portanto, uma grave preocupação para nós, não só pela potencialidade de produção que envolve centenas, milhares de brasileiros na área rural, mas principalmente por se tratar de um produto de alta necessidade na dieta dos brasileiros, tão necessitados dele — somos uma população de mais de 90 milhões de brasileiros, em que o índice de crianças é muitíssimo elevado, como todos sabemos, e onde o leite deveria ser um alimento procurado. O Brasil deveria ter estoques estratégicos de reserva, pela absoluta necessidade que tem uma nação de possuir reservas de um alimento tão importante e tão rico”.

Não há como negar, entretanto, as dificuldades que a matéria oferece, aliás, francamente manifestadas pelo Ministro e a que tivemos também oportunidade de reportar, ao assinalar que nela “vários interesses públicos se confrontam. Uma população cujas condições físicas reclamam maior consumo de leite, mas cujo poder aquisitivo é diminuto. Uma produção descontínua e com deficiência periódica, reclamando mais justa remuneração, mas com sua expansão desestimulada pelas limitações de um subconsumo ainda insuperado. Uma industrialização do produto necessária à regularidade do abastecimento, mas padecendo de larga capacidade ociosa e enfrentando periódicas saturações do mercado. Uma ampla estrutura social dependente da produção leiteira, mas sob permanente ameaça, tanto da deficiência de preços, como da superprodução eventual”.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Santos — Em Itapetinga, na Bahia, que V. Ex.^a sabe é o maior centro da pecuária daquele Estado e talvez do Nordeste, existe uma fábrica de leite em pó. Estive lá há um ano e pouco e a fábrica apesar da quantidade de leite que pode ser obtida, não está produzindo o seu máximo. Quer dizer, o problema é complexo. Há alguma coisa que precisa ser corrigida, porque se há a possibilidade de se ter estocagem de leite em pó e utilização da produção de leite da região, deve haver alguma coisa a ser feita no sentido de ser aproveitada a produção.

O Sr. Fernando Corrêa — A solução é uma só, Sr. Senador: o preço.

O SR. CARVALHO PINTO — Agradeço, nobre Senador Ruy Santos, o aparte com que V. Ex.^a me honrou, aparte particularmente oportuno, porque ressalta o que me parece essencial: a necessidade de uma política global para enfrentarmos todas as dificuldades do complexo problema.

Essa ociosidade industrial não pode ser admitida, pois importa numa perda de investimentos apreciáveis e atesta que a indústria não está dando sua contribuição à regularização do mercado, quando, na verdade, dentro de uma política bem orientada, poderá tornar-se o grande instrumento dessa regularização, suprimindo a população com leite industrializado durante os períodos de carência do produto *in-natura*.

Prosseguindo, Sr. Presidente, devo observar que, por outro lado, embora com sentido e matizes diversos, não é problema a que se esquivem vários outros países, inclusive os desenvolvidos. Ainda agora, nos informa o “L’Express” de que acaba o Ministério da Agricultura da França de constituir mais uma comissão destinada a reexaminar a situação da exploração leiteira, que há 20 anos preocupa o país, e onde a despeito do largo consumo per capita — hoje maior que os dos norte-americanos — encontram-

se os produtores a braços com um mercado já saturado e com uma produtividade bem inferior à dos concorrentes neerlandeses.

Mas todas essas dificuldades não chegarão a constituir empecilho irremovível, quando dispõe o País de um governo que, avesso à demagogia e submisso ao jogo da verdade, reconhece lealmente a injusta situação, sabe ouvir as críticas construtivas e encontra, no reconhecido descortino e competência do seu Ministro da Agricultura, condições para uma eficaz situação. Resta apenas esperar que as absorventes e complexas responsabilidades daquela pasta não permitam se retarde a solução inadiável, nem impeçam sua formulação em termos corajosos e amplos. Termos que, em respeito à economia popular, não se atemorizem até mesmo em reconsiderar a hipótese de cauteloso subsídio, a exemplo do que já se faz na indústria e vem ocorrendo em vários países, como ainda há pouco lembrava experimentado pecuarista, focalizando a política fiscal norte-americana, de compensar o subsídio ao leite com maior gravame das bebidas alcoólicas. Termos, que, transcendendo à simples revisão periódica de preços, saiba coordenar, dentro de um verdadeiro sistema de medidas a curto, médio e longo prazo, todos os interesses públicos em causa, tanto os da justa remuneração e maior produtividade, pertinentes ao produtor, como os de expansão de consumo, a que muito pode servir o comércio, os de normalidade de suprimento, ao alcance da indústria e, ainda, os da consumação popular, em satisfatórias condições higiênicas e econômicas.

É a oportunidade, enfim, de se dar mais um expressivo passo no sentido da preconizada “humanização da agricultura”, dentro da superior orientação do Governo, de soerguimento rural, de amparo aos pequenos produtores e de melhoria efetiva das condições sociais e econômicas do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

A V I S O

As publicações do Senado Federal podem ser adquiridas, mediante remessa de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do Serviço Gráfico do Senado Federal, sem acréscimo de despesas de remessa ou pelo Serviço de Reembolso Postal, acrescido das taxas postais. As livrarias podem dirigir os seus pedidos à Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro — Praia de Botafogo, n.º 190, e Avenida Graça Aranha n.º 26; em São Paulo — Av. Nove de Julho, 2029; em Brasília — SQS 104 — Bloco “A” — Loja 11.

M E S A		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente:	4.º-Secretário:	Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)	Filinto Müller (ARENA — MT)
1.º-Vice-Presidente:	1.º-Suplente:	Vice-Líderes:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	Renato Franco (ARENA — PA)	Ruy Santos (ARENA — BA)
2.º-Vice-Presidente:	2.º-Suplente:	Eurico Rezende (ARENA — ES)
Ruy Carneiro (MDB — PB)	Benjamin Farah (MDB — GB)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
1.º-Secretário:	3.º-Suplente:	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
Ney Braga (ARENA — PR)	Lenoir Vargas (ARENA — SC)	José Lindoso (ARENA — AM)
2.º-Secretário:	4.º-Suplente:	Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Clodomir Milet (ARENA — MA)	Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Osires Teixeira (ARENA — GO)
3.º-Secretário:		Benedito Ferreira (ARENA — GO)
Guido Mondin (ARENA — RS)		LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA
		Líder:
		Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes:
		Danton Jobim (MDB — GB)
		Adalberto Sena (MDB — AC)

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Britto
Mattos Leão

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

José Lindoso
José Sarney
Arnon de Mello
Helvidio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

Orlando Zancaner
Osires Teixeira
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

Paulo Tórreres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Britto
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvidio Nunes	
Luiz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco	Emival Calado
Ruy Santos	Flávio Britto
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDBAmaral Peixoto Nelson Carneiro
Franco Montoro
Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tórres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Arnon de Mello
Luiz Cavalcante
Leandro Maciel
Milton Trindade
Domício Gondim
Orlando Zancaner

Paulo Guerra
Antônio Fernandes
José Guimard

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Antônio Carlos
José Lindoso
Filinto Müller
José Augusto

Cattete Pinheiro
Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Auditório.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Accioly Filho
Saldanha Derzi
José Sarney
Lourival Baptista
João Calmon

Milton Cabral
Fausto Castelo-Branco
Augusto Franco
José Lindoso
Ruy Santos
Cattete Pinheiro
Jessé Freire
Virgílio Távora

MDB

Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Fernando Corrêa
Fausto Castelo-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Baptista
Ruy Santos
Waldemar Alcântara

Saldanha Derzi
Wilson Campos
Celso Ramos

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres
Vice-Presidente: Flávio Britto

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Paulo Tôrres	Alexandre Costa
José Lindoso	Orlando Zancaner
Virgílio Távora	Milton Trindade
José Guimard	
Flávio Britto	
Vasconcelos Torres	

MDB

Benjamin Farah Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Auditório.

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto
Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Tarso Dutra	Magalhães Pinto
Augusto Franco	Gustavo Capanema
Celso Ramos	Paulo Guerra

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL
— (CSPC)

Oslres Teixeira
Heitor Dias
Jessé Freire

MDB

Amaral Peixoto Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

teriores.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Ex-

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel
Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Leandro Maciel	Dinarte Mariz
Alexandre Costa	Benedito Ferreira
Luiz Cavalcante	Virgílio Távora
Milton Cabral	
Geraldo Mesquita	
José Esteves	

MDB

Danton Jobim Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).